



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 043

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE MAIO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 040ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE MAIO DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Proposta de Emenda Constitucional:

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO DO PARANÁ**

Art. 1º - Fica criado parágrafo único ao artigo 178, da Constituição Estadual, e alterada a redação do seu inciso II, que passam a ter a seguinte redação:

“Art. 178 -.....

II - garantia de acesso ao ensino mantido pelo Poder Público Estadual se dará nos seguintes termos:

a) gratuidade do ensino fundamental e médio, com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza;

b) promoção de cursos técnicos aos estudantes do ensino fundamental e médio;

c) gratuidade de 50% (cinquenta por cento) nas vagas das instituições de ensino superior estadual a estudantes que cursaram, inteiramente, o ensino médio em escolas públicas, condicionada ao preenchimento dos requisitos a serem estabelecidos em lei ordinária, quando do acesso ao ensino superior mediante concurso vestibular ou por outro meio estabelecido por órgão competente;

d) criação de um Fundo de Auxílio ao estudante Universitário, regulamentado em lei.

Parágrafo Único - Conforme o disposto na alínea “c” deste artigo, as vagas restantes mencionadas serão pagas com os valores a serem estabelecidos por norma reguladora e o montante será repassado ao Erário Público Estadual como tributo, conforme lei complementar, com exclusiva destinação ao Fundo de Auxílio ao Estudante Universitário, a ser aplicado em favor dos estudantes universitários, conforme os requisitos estabelecidos em lei ordinária”.

Art. 2º - A redação do § 1º, do artigo 179, da Constituição Estadual, passa a ser a seguinte:

“Art. 179 - ...

§ 1º - O acesso ao ensino fundamental e médio obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”.

Sala das Sessões, em 18.05.2004

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoioamento:

Nelson Garcia, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Delegado Bradock, Renato Gaúcho, Antonio Anibelli, Nelson Tureck, Nelson Justus, Alexandre Curi, Ademar Traiano, Elio Rusch, Vanderlei Iensen, Rafael Greca, Mauro Moraes, Barbosa Neto, Luiz Accorsi e uma ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A presente PEC visa igualizar o acesso universitário dos estudantes com menos recursos, e que estudaram apenas e tão somente em escolas públicas, frente àqueles estudantes que com melhor viabilidade financeira estudaram em escolas privadas e por causa disso possuem melhor qualificação para adentrarem ao ensino público de terceiro grau. Com a medida aqui proposta o Poder Público terá que melhorar a qualidade do ensino médio a fim de possibilitar ao estudante sua vaga na universidade, pois se assim não agir deixará vagas ociosas nas instituições universitárias estaduais, agravando ainda mais a situação caótica em que se encontra a educação superior no Paraná e no Brasil.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 904

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei nº 712/2003, por cinco Sessões.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 892

Senhor Presidente:

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dispensada a votação da redação final do Projeto de Lei nº 099/2004, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante na Ordem do Dia de 18 de maio de 2004, item 05, por não ter a presente proposição recebido emendas em 1ª e 2ª votação.

Justifica-se o presente requerimento, o prazo reduzido que o município interessado tem para regulamentar e fazer a ampliação física da VIZIVALI.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 895

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja constituída Frente Parlamentar contra o abuso sexual da criança e do adolescente, com a participação dos Partidos Políticos que compõem esta Assembléia Legislativa.

Cabe salientar a importância desse trabalho para a criação de políticas públicas, destinadas à prevenção e à erradicação desse grave problema social.

Maringá foi a primeira cidade do Brasil a constituir o Conselho Tutelar, na administração do ex-Prefeito Ricardo José Magalhães Barros.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 876

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, pelo seu Líder que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do duto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento de José Valentin Shons, ocorrido no último dia 15 de maio, aos 78 anos de idade, em São Martinho, no Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

JUSTIFICATIVA:

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento da Bancada do PT,

ao agricultor José Valentin Shons, pai da Deputada Federal Selma Shons, falecido no último sábado, 15 de maio.

REQUERIMENTO Nº 883

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja enviado voto de congratulações e aplausos, à Prefeitura de Itapejara D'Oeste em nome do Prefeito Leonardo Gritti, à Comissão Organizadora da 5ª EXPOÍTA, em nome de seu Presidente Rui Alex Cortese, à Associação Comercial e Empresarial, em nome de sua Presidente, Ione Cortese, à Associação Municipal dos Suinocultores, em nome de seu Presidente, Atílio Venturin, à Associação Regional de Suinocultores, em nome de seu presidente, Jacir Dariva, e ao CTG Porteira da Amizade em nome de seu Patrão, Mauro Bortoluzzi, pela realização da 5ª EXPOÍTA e 1ª Festa do Leitão Maturado, nos dias 12 a 16 maio.

Do aprovado requer ainda, que se dê ciência através de correspondência ao Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste Leonardo Gritti à Av. Manoel Ribas, 620; à Comissão Organizadora da 5ª EXPOÍTA em nome de seu Presidente Rui Alex Cortese, à Av. Manoel Ribas, s/nº; à Associação Comercial e Empresarial em nome de sua Presidente Ione Cortese, Av. Manoel Ribas s/nº; à Associação Municipal dos Suinocultores em nome de seu Presidente, Atílio Venturin; à Associação Regional de Suinocultores em nome de seu Presidente Jacir Dariva, ambas na Linha Santa Bárbara, s/nº, e ao CTG Porteira da Amizade, em nome de seu patrão Mauro Bortoluzzi, à Rua 13 de Maio, s/nº em Itapejara D'Oeste, todos com o CEP 85.580.000.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A 5ª EXPOÍTA e 1ª Festa do Leitão Maturado, consolidaram-se como grandes eventos do município de Itapejara D'Oeste.

Isso só foi possível graças ao excepcional trabalho realizado por todas as entidades envolvidas.

A Prefeitura Municipal inaugurou um novo parque de exposições, contendo ampla infra-estrutura, com local apropriado para expositores, bem como, para a realização de shows.

O restaurante da praça de Alimentação valorizou sobremaneira o setor de massas do município, servindo pratos típicos à população.

A visitação do público ficou acima da expectativa, criando um cenário favorável para concretização de agronegócios, comércio varejista, além de referência regional para lazer e entretenimento.

Devido ao grande sucesso obtido (aproximadamente duas mil refeições), a 1ª Festa do Leitão Maturado certamente se transformará na maior novidade gastronômica regional.

E é por esses motivos que nos congratulamos com o município de Itapejara d'Oeste, com suas entidades e lideranças e em especial com a população, por mais esse grande exemplo de trabalho e organização.

REQUERIMENTO Nº 884

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações ao engenheiro de alimentos e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo R. de Carvalho, bem como a inserção nos Anais desta Assembléia e a publicação do Diário desta Casa, de seu artigo "Transgênicos: lobista ou cientista?", estampado na Sessão "Opinião Pessoal" do Jornal O Estado do Paraná, edição desta terça-feira, 18 de maio.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

No referido artigo, o ilustre cientista, no interesse da biossegurança e da democracia, alerta que a delegação brasileira na Conferência de Ottawa, liderava o movimento anti-rotulação de alimentos transgênicos, desmentindo lá fora o que o Governo Federal jura defender aqui dentro.

Isto somado às recentes evidências do prejuízo de US\$12 milhões (R\$37,5 milhões - no câmbio de ontem), pelo veto da China à soja brasileira, porque o produto estaria misturado com semente tratada com fungicida, nocivo ao ser humano, mais os preocupantes alertas da tese de mestrado, da Dra. Dallegrave, da Universidade do Rio Grande do Sul, de que o glifossato Reoundup, da Monsanto, causa câncer e esterilidade em tecidos animais, cria quadro extremamente grave, de ameaça à saúde pública.

Neste mesmo quadro, o Governador do Paraná, Roberto Requião lembra que, graças à posição do Paraná contra os transgênicos e contra a soja com mistura e impurezas, um amplo mercado começa a se abrir aos nossos produtos. Só na China, são mais de um bilhão de consumidores.

Graças ao trabalho de fiscalização da CLASPAR, o número de reclamações contra a soja exportada por Paranaguá, caiu de 1.200 no ano de 2002, para nenhuma em 2003.

Encaminhe-se ao professor Luiz Eduardo R. de Carvalho, ao Sr. Hasiel Pereira e ao Governador, Roberto Requião.

REQUERIMENTO Nº 874

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor ao Ilmo. Sr. Francisco Leite Chaves.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paraense.

Requer, ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 871

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública para que sejam destinados mais policiais militares, para atender os Bairros de Santa Felicidade e São Braz, para assegurar maior desempenho da 4ª Cia. da Polícia Militar que atende aquela região.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Estamos encaminhando esta solicitação que é uma reivindicação dos moradores dos Bairros de Santa Felicidade, São Braz e adjacências para que a Polícia Militar possa desempenhar com mais eficácia o seu trabalho.

Também é desejo daquelas comunidades, em especial dos comerciantes da Av. Toaldo Túlio, a implantação do policiamento à pé - Cosme e Damião - ou com motocicleta para coibir a ação dos marginais, considerando ser esta via a principal do Bairro São Braz, e também com grande concentração de comércio e agências bancárias.

REQUERIMENTO Nº 877

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública para que sejam destinados mais policiais civis e uma viatura, para atender os Bairros de Santa Felicidade e São Braz, para assegurar maior desempenho da 12ª Delegacia de Polícia que atende aquela região.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Estamos encaminhando esta solicitação que é uma reivindicação dos moradores dos Bairros de Santa Felicidade, São Braz e adjacências para que a Polícia Civil possa assegurar maior desempenho e agilidade nas investigações sob responsabilidade da 12ª Delegacia de Polícia Civil.

REQUERIMENTO Nº 875

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando agilidade na regu-

lamentação da Lei Estadual nº 11.911, de 01 de dezembro de 1997, a qual assegura o transporte gratuito intermunicipal aos portadores de deficiência que estiverem se submetendo a processo de reabilitação e/ou capacitação profissional.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a0 BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 878

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, através do Ofício nº 21/2004/CESP 23 - Câmara Municipal de Ponta Grossa - Comissão Especial/ Requerimento 23/2001 - solicitando informações sobre a SANEPAR.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 879

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, através do Ofício nº 25/2004/CESP 23 - Câmara Municipal de Ponta Grossa - Comissão Especial/ Requerimento 23/2001 - solicitando informações sobre a SANEPAR.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 880

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, através do Ofício nº 24/2004/CESP 23 - Câmara Municipal de Ponta Grossa - Comissão Especial/ Requerimento 23/2001 - solicitando informações sobre a SANEPAR.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 881

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando o que segue, a respeito de auditoria realizada na Fundação COPEL:

- Cópia integral do relatório da auditoria realizada pela empresa Kroll, junto à Fundação COPEL.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente nos artigos 55 e 90, inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Consta que o referido relatório já teria sido encaminhado a outros órgãos públicos. No entanto, a Assembléia Legislativa Estadual ainda não recebeu, mesmo já tendo sido encaminhado requerimento ao Executivo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 890

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado correspondência ao Exmo. Sr. Dr. Rosalvo Augusto S. B. Gizzi, Coordenador da 9ª Unidade do Departamento Nacional de Intra-estrutura de Transportes-DNIT, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes e imprescindíveis no sentido de recuperar a BR-272, trecho Campo Mourão - Goioerê, que em toda a sua extensão apresenta estado deplorável de conservação, ponto em risco a vida de todos que dependem da sua utilização.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A BR-272, trecho Campo Mourão - Goioerê, recentemente foi recuperada. Acontece que, em virtude do grande fluxo de caminhões e automóveis que por ali circulam, e, pelo serviço efetuado ser de baixa qualidade, ela continua em estado deplorável de conservação, com grande número de buracos na pista, depressões no asfalto, pondo assim em risco a vida de todos que por ali circulam.

REQUERIMENTO Nº 891

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado correspondência ao Exmo. Sr. Dr. Rosalvo Augusto S.B. Gizzi, Coordenador da 9ª Unidade do Departamento Nacional de Intra-estrutura de Transportes-DNIT, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes e imprescindíveis no sentido de recuperar a BR-487, trecho Campo Mourão - Rio Muquillão, que em toda a sua extensão apresenta estado deplorável de conservação, ponto em risco a vida de todos que dependem da sua utilização.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Uma das mais importantes rodovias que interligam regiões altamente produtivas ao Anel de Integração com destino ao Porto de Paranaguá, a BR-487, trecho Campo Mourão - Iretama, apresenta precárias condições de tráfego, com grandes buracos no asfalto, causando enormes prejuízos, tanto materiais (aos veículos) como de tempo, retardando o percurso, além de colocar em risco vidas que submetem-se ao perigo deste trecho.

REQUERIMENTO Nº 872

Senhor Presidente:

Vimos através deste, mui respeitosamente, na qualidade de deputado integrante da Assembléia Legislativa do estado do Paraná, com sustentáculo nos artigos 135, parágrafos 1º e 2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, e artigo 55 da Constituição Estadual, solicitar informações à Secretaria de Estado da Agricultura, sobre a proibição do agrotóxico Dormex, fabricado pelo Laboratório BASF. Segundo informações técnicas, esse produto é o único existente no mercado destinado a induzir as plantas à quebra da dormência, imprescindível para a produção de frutas típicas de clima temperado.

Deve-se ressaltar que caso haja a manutenção desta proibição, os produtores de frutas de clima temperado do Estado do Paraná hão de sofrer incalculáveis prejuízos na safra de 2004/2005, por não poderem manejar corretamente seus pomares. Desta maneira solicitamos o esclarecimento sobre a proibição do agrotóxico, bem como qual seria a melhor maneira para remediar esta situação.

Assim sendo, aproveitando ainda esta oportunidade, desejamos as mais sinceras felicitações e o nosso voto de mais alta estima.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 873

Senhor Presidente:

Vimos através deste, mui respeitosamente, na qualidade de deputado integrante da Assembléia Legislativa do estado do Paraná, com sustentáculo nos artigos 135, parágrafos 1º e 2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, e artigo 55 da Constituição Estadual, solicitar informações à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Secretaria de Estado da Administração e Previdência sobre o concurso público realizado em 1997, para os cargos de escrivão e investigador da Polícia Civil.

Segundo informações recebidas, dos 104 candidatos aprovados apenas 40 foram chamados, enquanto os demais ainda aguardam um posicionamento. Desta maneira, solicitamos informações sobre a disponibilidade de vagas para estas funções, uma vez que a validade do concurso extingue-se em agosto do corrente ano.

Destarte, aproveitando ainda esta oportunidade, desejando as mais sinceras felicitações e o nosso voto de mais alta estima.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 882

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito de estudos sobre cursos universitários das universidades estaduais do Paraná:

- se foram concluídos os estudos sobre cursos a serem extintos nas referidas universidades;
- os dados levantados indicam a manutenção e extinção de quais cursos universitários;
- especificar as universidades onde devem ser extintos cursos;
- relação dos cursos que efetivamente não contam com autorização governamental para funcionar;
- relação dos cursos que dependem da contratação de profissionais;
- especificar o número de funcionários e professores a serem contratados para cada um dos cursos;
- relacionar cursos e respectivas universidades onde serão mantidas as suspensões de vestibulares;
- indicar a data de autorização governamental para funcionamento de todos os cursos universitários das universidades do estado do Paraná. Juntar cópia dos respectivos atos governamentais.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente nos artigos 55 e 90, inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

É público que a Comissão de Educação, Cultura e Esportes vem realizando diversas audiências públicas nas universidades paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 893

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se preste informações a respeito de comentário jocoso, de natureza pejorativa, em

relação às mulheres, conforme denunciado pela ilustre Deputada Elza Correia e que teria sido proferido pelo Secretário da Indústria e Comércio e Assuntos do MERCOSUL, Luiz Mussi, conforme registrado em vídeo na reunião semanal do Governador do Estado realizada no dia 18 de maio, cuja gravação solicitamos seja encaminhada a este Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) DURVAL AMARAL

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 182/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Projeto Curumim, no município de Ubatã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição, pelo relevante trabalho de assistência social e educação gratuita que esta entidade vem prestando às crianças e adolescentes de famílias carentes do Município.

Assim sendo, conclamo aos meus eminentes Pares a aprovarem o presente projeto, tendo em vista os inúmeros benefícios que terá a comunidade de Ubatã.

PROJETO DE LEI Nº 183/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, do município de São João do Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição pelo relevante trabalho dessa entidade aos aposentados, pensionistas e idosos, visando uma melhor qualidade de vida para os mesmos.

Assim sendo, conclamo aos meus eminentes Pares a aprovarem o presente projeto, tendo em vista os inúmeros benefícios que terá a comunidade de São João do Ivaí.

PROJETO DE LEI Nº 184/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar o imóvel matriculado sob nº 2274, livro 2 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu, pertencente ao Estado do Paraná, localizado no município de Lupionópolis, localizado na Rua Pará esquina com Rua Manoel Ribas, área edificada com um prédio de alvenaria com 165,35m².

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta visa alienar imóvel do município de Lupionópolis, o qual não está sendo aproveitado pelo estado do Paraná, por nenhum de seus órgãos, desde a desativação da Agência de Rendas da Coordenação da Receita Estadual - SEFA. Importante salientar que a manutenção de imóveis nessa situação demandam acréscimo de recursos, já comprometidos no Orçamento do Estado, e, mantida a atual situação do imóvel cuja alienação aqui se propõe, acarretará na deterioração do próprio patrimônio público.

Sua venda, portanto, não apenas evitará prejuízos ao erário, mas representará a entrada de recursos no Tesouro Estadual.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 185/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o domínio do Estado, a administração e manutenção da estrada que liga a PRT-280, no município de Honório Serpa, passando pelo distrito de Vila São Luiz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Entendemos ser de suma importância para toda a região a estadualização da estrada que liga a PRT-280 - de Clevelândia ao município de Honório Serpa.

Devemos considerar que com esta iniciativa estaremos beneficiando diversos habitantes da região produtora, melhorando o escoamento da produção.

“Governar é abrir estradas”.

Estas palavras de Washington Luiz ecoam no nosso espírito desde nossa mocidade. É que o grande

estadista que governou os destinos do Brasil, de 1924 a 1930 compreendera que um país sem estradas seria como um corpo sem artérias.

Com efeito, como ligar as unidades de que se compõe esta vasta Pátria, a não ser por meio de estradas que permitam a circulação de bens de consumo?

É por assim pensarem que os administradores públicos do nosso Estado, vêm dando o máximo de atenção a tão relevante trabalho de dotar de perfeitas estradas.

Considerando ainda, que no mencionado trecho existe uma grande firma FAPOLPA (Fábrica de Conglomerado de Madeira), que emprega mais de 700 operários, e, em grande dificuldades de transportar sua produção para os grandes centros. A referida firma pretende ampliar suas instalações. Entretanto, necessita de boa estrada para concretizar com possível urgência o seu sonho.

Que a indústria FAPOLPA, prospere, produzindo os almejados frutos, são os nossos desejos, para galardão de seus organizadores e felicidade de toda a rica região, conseqüentemente, de nosso estado do Paraná, pois, na mencionada rodovia passam, em média, 200 veículos por dia.

Além disso a COAMO - Cooperativa Agrícola Mourãoense Ltda, está instalada e produzindo em Clev-elândia, devendo instalar brevemente um entreposto em Honório Serpa. Essa é mais uma razão da estadualização da aludida rodovia.

PROJETO DE LEI Nº 186/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Movimento Nacional em Defesa das Crianças Desaparecidas, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

O Movimento Nacional em Defesa das Crianças Desaparecidas é uma entidade sem fins lucrativos que desde sua fundação tem atuado na busca de crianças desaparecidas no estado do Paraná e no Brasil, bem como na assistência aos seus pais e familiares. Seu trabalho é reconhecido nacionalmente, tendo encontrado, com o apoio de organismos governamentais, diversas crianças, durante esses anos.

Assim, pela importância do trabalho que realiza, apresenta-se o presente projeto de lei a fim de declarar de Utilidade Pública o Movimento Nacional em Defesa das Crianças Desaparecidas.

PROJETO DE LEI Nº 187/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica obrigatória a manutenção permanente do Kit Vida em estabelecimentos públicos ou privados que tenham uma concentração de pessoas igual ou superior a 100 (cem), para prestar atendimentos em casos de morte súbita.

Art. 2º - Entende-se por estabelecimentos públicos ou privados:

- I - estádios de futebol;
- II - academias de ginásticas;
- III - ginásios de esporte;
- IV - clubes recreativos;
- V - associações;
- VI - shopping-centers;
- VII - aeroportos;
- VIII - rododferroviárias;
- IX - hipermercados;
- X - escolas, faculdades e universidades;
- XI - centro de eventos e exposições;
- XII - cinemas e teatros;
- XIII - hotéis;
- XIV - hospitais e clínicas;
- XV - aviões comerciais com pelo menos um atendente de voo.

Art. 3º - O Kit Vida será composto pelos seguintes equipamentos:

- I - desfibrilador automático externo (DAE);
- II - dispositivo para ventilação (máscara para ventilação; válvulas unidirecionais);
- III - equipamento para rápida comunicação (interfone, rádio, telefone) interligado a um serviço médico emergencial.

Art. 4º - É obrigatório que os operadores dos equipamentos do Kit Vida sejam treinados pelo Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma e Emergência - SIATE do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná.

§ 1º - Os operadores dos equipamentos deverão receber credenciais expedidos pelo SIATE do Corpo de Bombeiros do Paraná.

Art. 5º - A Secretaria de Saúde deverá fazer campanhas de educação continuada em escola, postos de saúde, associações, entidades, referente ao tema Morte Súbita.

Art. 6º - Em caso de descumprimento do previsto nesta lei, deverá a autoridade competente aplicar aos estabelecimentos públicos ou privados as seguintes sanções:

- I - multa pecuniária mínima de R\$10.000,00 (dez mil reais) e máxima de R\$100.000,00 (cem mil reais) ao

estabelecimento que não tenha adquirido o Kit Vida ou que não tiver pessoas habilitadas à sua operação, de acordo com a natureza e gravidade da infração cometida, importância que duplicará em caso de reincidência;

II - interdição do local.

§ 1º - As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa municipal ou estadual, no âmbito de sua atribuição, isoladas ou cumulativamente, inclusive por medida cautelar antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

§ 2º - A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, será aplicada mediante procedimento administrativo, no qual será respeitado o direito à ampla defesa, revertendo o valor para o erário municipal ou estadual.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A morte súbita por parada cardíaca é um importante problema de saúde pública. Apesar disso, não há ainda conscientização da população. A mais frequente causa da parada cardíaca é a doença arterial coronária. Todo ano, um milhão e quinhentos mil americanos sofrem ataques cardíacos e, aproximadamente 220.000 norte-americanos morrem por ano, de doença arterial coronária, sem terem sido hospitalizados. No Brasil as doenças cardiovasculares matam 300.000 brasileiros por ano, o que correspondente a 820 óbitos por dia ou 34 por hora em um evento fatal a cada 2 minutos. Dos brasileiros que têm uma parada cardíaca fora do hospital, 97% morrem.

A maioria das vítimas de morte súbita encontra-se em idade e condições físicas mais produtivas. A principal causa de mortes ocorre devido a alterações do ritmo cardíaco, a arritmia cardíaca, sendo a fibrilação ventricular, onde a bomba do coração cessa abruptamente, o mecanismo deflagrador. A rápida desfibrilação e o suporte básico para salvar uma vida. Quando o aparelho desfibrilador é empregado corretamente até um minuto depois da parada cardíaca, pode salvar a vítima em até 90% dos casos. Cidades onde o acesso aos desfibriladores ocorre no período de cinco a sete minutos, a sobrevida após uma parada cardíaca é maior do que 49%.

Em 1992 o American Heart Association criou o conceito de “corrente de sobrevida”, que é uma sequência de medidas ordenadas e encadeadas que devem ser tomadas no atendimento de uma parada cardiorespiratória. Alguns princípios devem ser modificados, adotando-se programas de:

- educação de pacientes de risco e da população, para que identifiquem rapidamente os sintomas e procurem auxílio;

- utilização do Kit Vida para prestar um pré-atendimento;

- transporte rápido do paciente para o hospital (que é exatamente o que o SAMU - Suporte Avançado da Vida - se propõe a fazer);

- treinamento dos profissionais de saúde, principalmente os que atuam no atendimento pré-hospitalar, em pronto-socorro e na periferia, capacitando-os no precoce diagnóstico e rápido tratamento da Síndrome Coronariana Aguda e;

- extensão do uso de fibrinolíticos no pré-hospitalar, em salas de emergências, pronto-socorro, ambulâncias.

A parada cardíaca ocorre de forma súbita e dramática. Entre jovens, a liberação de adrenalina durante a prática de atividade física associada a anomalias cardíacas ou ao uso indevido de drogas ilegais é o fator desencadeante de distúrbios do ritmo cardíaco, tais como fibrilação ventricular, levando à parada cardíaca.

A morte cerebral inicia-se após quatro a seis minutos da parada cardíaca, podendo ser revertida em poucos minutos na maioria das vítimas através do choque elétrico, com potência e tempo determinado sobre o tórax do paciente. O procedimento responsável pelo restabelecimento do ritmo cardíaco normal através do choque elétrico é chamado desfibrilação. A sobrevida é reduzida em 7 a 10% a cada minuto após uma parada cardíaca. Poucas tentativas de ressuscitação têm êxito após 10 minutos. A morte por parada cardíaca não é inevitável. Se a população estiver orientada a chamar prontamente o 190 e treinada para oferecer o suporte básico de vida até a chegada do desfibrilador mais próximo, muitas vidas poderão ser salvas.

Conquanto muitos casos de morte súbita entre atletas jovens sejam causados por miocardiopatia hipertrófica ou miocardiopatia arritmogênica do ventrículo direito, até 20% de tais óbitos podem ser causados por anormalidades nas artérias coronárias, explicam os autores. Há pelo menos dois exemplos famosos de vítimas da morte súbita: no dia 21 de abril de 1998, o Deputado Federal Luiz Eduardo Magalhães morreu, após sofrer enfarto quando fazia sua corrida matinal. Outro caso conhecido é do jogador camaronês Marc-Vivien Foe, jovem, atleta de vida aparentemente saudável, que morreu durante uma partida de futebol em 2003, também vítima da morte súbita.

O objetivo deste projeto de lei é fazer com que cursos de treinamentos sejam ofertados pelo Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma e Emergência - SIATE, para que pessoas leigas possam operar o Kit Vida semelhante ao programa de treinamento oferecido pelo Instituto do Coração (InCor - HC/FMUSP) com o apoio do American Heart Association. Os programas de treinamento oferecidos pelo InCor são direcionados aos profissionais da área médica e aos leigos, e são ministrados durante todo o ano. Dentre os programas oferecidos estão: BLS (Basic Life Support), ACLS (Advanced Cardiac Life Support), PALS (Pediatric Advanced Life Support) e Heartsaver AED (Automatic External

Desfibrillation). No InCor a organização do curso conta com uma equipe multi-profissional altamente envolvida e treinada, sob a coordenação do médico Dr. Sérgio Timerman.

É importante que a Secretaria da Saúde tenha um programa de educação continuada para escolas e outras entidades, para fazer com que as pessoas se familiarizem com o tema morte súbita. O Kit Vida deverá se tornar equipamento padrão, como extintores de incêndio, na maioria dos aeroportos, centros de convenções, academias, etc. O desfibrilador, componente do Kit Vida, poderá monitorar o batimento cardíaco da vítima e dar um choque no coração para fazê-lo voltar à batida normal, se isto for necessário. As chances de sobrevivência são de 90% quando os procedimentos forem aplicados um minuto após o ataque.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei, ora apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 188/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, os lotes de nºs 01 a 24 da Quadra 18, e de nºs 01 a 24 da Quadra 30, do Loteamento denominado Vila Yolanda, registrados sob matrículas nºs 14.118 a 14.141 e nºs 14.142 a 14.165, respectivamente, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

Parágrafo Único - A doação do imóvel, a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado exclusivamente para os objetivos inerentes à Administração Pública Municipal, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Referidas áreas, pertencentes ao patrimônio do Estado, situam-se junto à Avenida das Cataratas, principal corredor turístico de Foz do Iguaçu, totalizando as duas quadras 24.160,00 m², localizando-se no bairro Vila Yolanda, um dos mais antigos e bastante carente em áreas de lazer e convivência.

Exatamente em frente às áreas, do outro lado da Avenida das Cataratas, encontra-se implantado um empreendimento privado de entretenimento, razão pela qual especialmente nos finais de semana converge para lá um grande número de pessoas.

A Prefeitura de Foz do Iguaçu tem conseguido ao longo dos últimos três anos implantar um bom número de espaços reservados à comunidade, destinados ao lazer, à prática de esportes, ao cuidado ambiental e também relacionados à cultura, postos que servem de lugar para apresentações artísticas, exposições e eventos de outras natureza.

A fotografia anexa mostra claramente o número expressivo de árvores existentes sobre as áreas. Tratam-se de árvores nativas, que compõem uma floresta secundária, em estágio médio para avançado de regeneração. Assim, ao ser doada a área àquela municipalidade, será implantada sobre as mesmas espaços de lazer, trilhas para caminhadas, além de dotá-las de equipamentos comunitários como bancos, iluminação, paisagismo, sem a remoção das árvores, e com especial cuidado e fiscalização para preservar o meio ambiente.

Tratando-se de local que após a adequada intervenção contribuirá para a elevação da qualidade de vida dos habitantes da região e do Município, apelamos aos nobres Pares desta Casa no sentido de votar favoravelmente à aprovação do projeto em apreço.

PROJETO DE LEI Nº 189/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Proíbe a cobrança de taxa bancária para o pagamento de aluguel por parte das administradoras de imóveis situadas no Estado do Paraná.

§ 1º - É vedada a estipulação em contrato dessa taxa.

§ 2º - Nos contratos que já possuam essas cláusulas, as mesmas serão nulas.

Art. 2º - A administradora de imóvel que não cumprir a presente norma estará sujeita à sanção de 5.000 (cinco mil) UFIR's/PR. Em caso de reincidência a multa será dobrada.

Art. 3º - As instituições terão prazo de 60 (sessenta) dias para se adequarem à presente norma.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A presente medida tem como finalidade acabar com a arbitrariedade que existe atualmente, pois muitas administradoras de imóveis repassam aos inquilinos um determinado valor para o pagamento de seus aluguéis a título de taxa bancária. Não existe qualquer previsão legal para o repasse do pagamento desta taxa.

Este projeto tem como finalidade única proteger os locadores desta arbitrariedade, evitando que tal cobrança não deva ser imposta à parte mais fraca da relação.

Como se verifica, este projeto tem como finalidade beneficiar e proteger de arbitrariedades os consumidores deste Estado.

PROJETO DE LEI Nº 190/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição Serviços de Obras Sociais Cícero Nuto Figueiredo, do município de Ubitatã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição, pelo relevante trabalho que esta entidade vem prestando junto aos meninos carentes do município, objetivando a integração social dos mesmos através de atividades educacionais, esportivas, culturais e religiosas.

Assim sendo, conclamo aos meus eminentes Pares a aprovarem o presente projeto, tendo em vista os inúmeros benefícios que terá a comunidade do município de Ubitatã.

PROJETO DE LEI Nº 191/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio-transporte, pelo prazo de 30 (trinta) dias, ao trabalhador que ficar desempregado, na forma que menciona.

§ 1º - Serão beneficiários os que percebiam até 02 (dois) salários-mínimos e que tenham sido demitidos sem justa causa.

§ 2º - O benefício do auxílio-transporte poderá ser prorrogável por igual período, em caso de não recolocação no mercado de trabalho, vedando-se a concessão por mais sessenta dias.

§ 3º - Não terá direito ao auxílio-transporte o trabalhador que num período de 180 (cento e oitenta dias) já tiver sido beneficiado pelo auxílio.

Art. 2º - O auxílio-transporte terá validade apenas nos dias de semana, não valendo nos feriados e domingos, em transportes coletivos públicos municipais e intermunicipais, rodoviários, ferroviários ou via marítima.

Art. 3º - Para aplicação desta lei, considera-se como fonte de custeio os recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O Poder Executivo deve ter gestão na área social, implantando medidas como a aqui proposta, visando estimular o trabalhador a se inserir no mercado de trabalho com a sua conseqüente aquisição de renda para seu sustento e de sua família. Com o salário, suprindo-se as necessidades, fortalece-se o comércio, a indústria e o desenvolvimento como um todo em nosso Estado. Os cidadãos e as cidadãs que se vêem desempregados, por força das crises de mercado e mesmo pelo processo de mudanças no mundo laboral, tendo em vista as inovações tecnológicas implantadas, fazendo com que venham a perder o exercício de um direito básico de suas cidadanias, qual seja o deslocamento, privando-se de sua mobilidade na busca de soluções.

Procurar novo emprego, tentar se adaptar às novas exigências do mercado de trabalho exige a possibilidade de deslocamento, direito à mobilidade que permitirá ao desempregado maior rapidez para encontrar um novo emprego. O Poder Executivo precisa encontrar alternativas que sustentem a cidadania, evitar os recuos que aprofundam as crises sociais de nossos dias, lutar contra o desemprego, dar subsídios aos mais necessitados para enfrentar as dificuldades que o mundo contemporâneo traz para cada um, com seu inexorável processo de mudança nas relações entre o capital e o trabalho.

Assim, justifica-se o projeto de lei tendo em vista as dificuldades financeiras em que se encontram os desempregados para buscar trabalho face ao alto custo das passagens de transporte. Trata-se de uma política com o escopo de estimular o trabalhador desempregado na procura de uma nova ocupação evitando o prejuízo na sua subsistência ou de sua família.

PROJETO DE LEI Nº 192/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a cobrança de tarifa de assinatura aos usuários de telefone do estado do Paraná.

Art. 2º - Ficará facultativo à empresa concessionária de telefonia o direito de cobrar taxa de manutenção mínima, nunca superior à cobrada pela concessionária de energia elétrica.

Art. 3º - As empresas que vencerem as licitações e que não cumprirem a legislação trabalhista terão seus contratos interrompidos.

Art. 4º - Revogada as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Hoje a assinatura básica, (entre R\$30,00 e R\$35,00 dependendo de cada estado e no valor de R\$34,47) corresponde a 40% da receita das empresas de telefonia local e representou R\$13 bilhões no faturamento da teles no ano passado, de acordo com a ANATEL. Para o consumidor tem significado um peso no orçamento doméstico.

Antigamente ter um telefone era um bem valioso, o/a proprietário/a poderia vendê-lo quando quisesse e bem valorizado. Hoje, no entanto o telefone passou a ser um bem do imóvel e não do proprietário, como é também o hidrômetro e o relógio de medição da luz, sendo justo, portanto, que se cobre apenas uma taxa mínima de manutenção.

PROJETO DE LEI Nº 193/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibido a cobrança de taxa bancária para o pagamento de qualquer tipo de conta, taxa ou tributo no estado do Paraná.

Art. 2º - A Instituição que não cumprir a presente norma estará sujeita à sanção de 5.000 (cinco) mil UFIR/PR, em caso de reincidência a multa será dobrada.

Art. 3º - As instituições terão prazo de 60 (sessenta) dias para se adequarem à presente norma.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

A presente medida tem como finalidade acabar com a arbitrariedade que existe atualmente, pois para o pagamento de determinadas contas, tributos ou taxas estaduais, é cobrado do consumidor um valor a título de taxa bancária, que sempre fica para o consumidor arcar com este valor.

Os bancos no Brasil têm lucros anuais altíssimos, cobram juros altíssimos a seus devedores, e ainda criaram essa taxa bancária para o pagamento das contas.

Este projeto tem como finalidade proteger os consumidores, não interessando quem repassa essa taxa, a única certeza que temos é que não deve ser imposta à parte mais fraca da relação. Como se verifica este projeto tem como finalidade beneficiar e proteger de arbitrariedade os consumidores deste Estado.

PROJETO DE LEI Nº 194/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Guamaranga - APAE de Guamaranga, com sede no município de Guamaranga e foro no município de Imbituva.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) NELSON DAL SANTOS

JUSTIFICATIVA:

Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Guamaranga - APAE de Guamaranga, fundada em 07 de dezembro de 2002, é uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional, sem fins lucrativos, tem como objetivos principais: promover medidas de âmbito municipal que visem assegurar o ajustamento e o bem-estar dos excepcionais, promover e/ou estimular a realização de programas permanentes de prevenção das formas de deficiência, estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente dos serviços prestados pela APAE.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Guamaranga - APAE de Guamaranga.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso da tribuna mais uma vez solicitando a resposta a um requerimento solicitado praticamente há noventa dias atrás, de uma estrada que liga Campo Mourão ao município de Goioerê, e também de Campo Mourão que liga ao município de Iretama que é a famosa BR-487. É uma rodovia de competência do Governo Federal, e a de Campo Mourão a Goioerê também é. A rodovia que liga Campo Mourão até a cidade de Iretama, Campo Mourão até Luisiana, metade do trecho passou para a responsabilidade do DER, ao Governo do Estado do Paraná.

Esta rodovia está tendo todos os cuidados, toda a recuperação sem buraco, em ótimo estado de tráfego, enquanto a rodovia que nós cobramos aqui, já teve vidas ceifadas, tombamentos, acidentes, de várias espécies e não recebemos nenhuma resposta.

Volto aqui hoje, novamente, porque é o Deputado que chega lá no interior do Estado do Paraná, é o Deputado que é cobrado, pela municipalidade, é cobrado pelo prefeito, é cobrado pelos vereadores, é cobrado pelas associações, é cobrado pelas instituições. Enfim, nós que somos os representantes, não interessa, muitas vezes, se uma rodovia é federal ou se é estadual. O povo elegeu o Deputado para representá-lo e usar aqui desta tribuna

para fazer as suas reivindicações as suas cobranças, porque aqui quando um Deputado fala, ele está falando em nome do povo, daquele que o elegeu para representá-lo. Eu não posso concordar com uma rodovia de um tráfego igual à estrada de Campo Mourão a Goioerê. Igual a rodovia que é praticamente uma continuação da Boiadeira, de Campo Mourão até o município de Iretama, esteja nessas condições, onde vários acidentes ocorreram no final de semana. Faz dez anos que todo o final de semana eu vou para a minha região e volto no domingo ou na segunda-feira, para estar aqui representando e cobrando do povo. Essa rodovia, que muitas vezes são feitas licitações e as empresas dizem que recuperam essa estrada, é que fazem um serviço porco, porque é um serviço que tapa o buraco hoje, a próxima chuva que dá aparece o mesmo buraco. Aí o Governo Federal pagou a licitação, pagou recursos do povo e novamente está lá esse buraco escancarado, aberto, trazendo prejuízos ao nosso motorista, principalmente o caminhoneiro. Não é justo àquele que paga o seu IPVA, tenha uma armadilha, um revólver armado na estrada e muitas vezes quando chove não tem condições de saber se ali é uma poça d'água, ou se é um buraco que está reservado para um grande acidente.

Portanto, faço a cobrança aqui, entrando com esse requerimento para que seja cobrado novamente do Dr. Rosalvo Augusto, que é o Coordenador da 9ª Unidade do Transporte, para que fiscalize essa rodovia. Não podemos ficar calados vendo amigos, trabalhadores tendo a vida ceifada. Muitos daqueles que viajam com a sua família, têm que estar pousando na estrada, por incompetência daqueles que fazem a fiscalização, eu, como Deputado, não posso aceitar.

Quando fazemos a solicitação de tapa-buraco de uma rodovia que se encontra em péssimas condições ao Secretário de Transportes do Estado, nosso companheiro Waldir Pugliesi, imediatamente esse buracos são arrumados. Não podemos concordar com o descaso das rodovias federais, que têm o nosso chefe do Estado do Paraná, que é o Dr. Rosalvo, que faz mais de quatro meses que pessoas estão tendo problemas naquela rodovia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Valdir Rossoni é o próximo inscrito.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos novamente nesta tribuna para fazer um pronunciamento se reportando às declarações do Governo Requião. Quem não tem a sua memória fraca, deve lembrar do discurso do Governador quando tomou posse. Ele disse que este Parlamento o fiscalizasse em tudo que fosse necessário. Mas na verdade, o que sentimos no Governador, é que na primeira investigação, ele já faz sentir que não deveria ter dito aquilo que disse na sua posse.

(Lê):

“As declarações do Governador do Estado, Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, sobre a CPI do Porto de Paranaguá, registradas na edição de hoje do jornal Folha de Londrina, merecem ser consideradas sob dois prismas: o primeiro e mais importante é que se trata de flagrante afronta às prerrogativas do Parlamento; o segundo, obviamente, é a defesa do empregado de seus familiares.

Como Senador da República, o Sr. Roberto Requião utilizou como membro atuante de diversas CPI's, a tribuna e a TV Senado para defender constitucionalmente o poder de investigação do Parlamento.

Agora, na função de Governador, tem se manifestado contrário. Portanto, cabe aqui a pergunta: mudou a Constituição ou mudou o governador? Há pessoas para as quais todos pensam da mesma forma que elas, mas aqui cabe um esclarecimento.

A CPI do Porto de Paranaguá não foi instalada para, a exemplo do que temos visto, recentemente no Paraná, promover o julgamento sumário e a execração pública de pessoas. Vivemos em um estado democrático de direito, um conceito que certas pessoas têm dificuldade em compreender, na sua plenitude. É uma das funções democráticas e constitucionais, desta Assembléia Legislativa, fiscalizar e investigar o Executivo, quer o Executivo goste, quer o Executivo não goste.”

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, acredito sinceramente que é chegado o momento de tomarmos uma posição quanto à questão de resguardarmos a autoridade deste Parlamento.

Ontem o Governador do Paraná atacou o Deputado Leite, de Paranaguá, dizendo que o Deputado tinha uma suposta ligação com uma empresa que prestava serviços ao Porto. O Deputado Leite trouxe os documentos dizendo que não tem nada a ver com isso.

Mas, vamos trabalhar com a hipótese que ele tenha essa empresa que presta serviço ao Porto de Paranaguá. Por que o Governador Requião, nesse um ano e meio, não denunciou o Deputado Leite? O Deputado, enquanto aliado do Governador, podia prestar serviço ao Porto! Logo após, ele não pode mais prestar serviço, porque requereu uma CPI!

Acredito que o Deputado Leite acreditou no pronunciamento do Governador Requião, que pediu aos Deputados que fossem firmes na fiscalização dos atos do Executivo. Está aí mais uma contradição sua, quando ele diz uma coisa e age de outra maneira.

Peço encarecidamente ao Presidente Hermas Brandão, ao Vice-Presidente, à Mesa Executiva, aos líderes desta Casa, não é possível, porque estamos exercendo um direito constitucional, que venhamos a ser atacados da forma que estamos!

Hoje, pela manhã, não assisti a “Escolinha”, mas a grande preocupação do professor na “Escolinha”: disse que os pombos mortos que haviam lá no silão, tinham digitais de Parlamentares!

Quero dizer que naqueles pombos mortos que estavam lá tinha que ter as digitais dos responsáveis pela limpeza e pela parte sanitária daquele Porto, que é uma vergonha para todos os paranaenses!

Quero aqui implorar ao Líder do Governo, para que leve ao Governador, que ele cumpra sua palavra, o que ele disse, aqui, na posse. Peça-lhe se o seu pronunciamento, talvez, pela emoção, não era verdadeiro, porque ele pediu que qualquer ato fosse investigado.

Quero deixar aqui dois fatos claros, para que a imprensa tenha conhecimento, dois fatos que já são claros: a CPI já deu resultado. Primeiro, vai ser encaminhado ao Ministério Público, que é nossa obrigação, uma empresa que presta serviços ao Porto de Paranaguá e não realiza o serviço, porque nós, Deputados da CPI, somos prova de que isto não estava acontecendo. A denúncia do Deputado Leite, era verídica.

Segundo: na segunda, às 09h00 da manhã, vamos ouvir o Sr. Ogarito. Pelo que sentimos, recai sobre ele o sumiço da soja do Porto de Paranaguá. E, eventualmente, se for comprovada a sua responsabilidade, vai ser levado ao Ministério Público, também.

Então, já temos dois fatos que entregaremos à justiça, que já aproveite e vá investigando, enquanto nós vamos concluindo o restante dos trabalhos.

Nós não vamos nos intimidar! O Governador usa muito Maquiavel. Ele procura, neste momento, Deputado Leite, para desestabilizar a CPI que vem realizando um trabalho excelente, desestabilizar os membros da CPI.

Começou pela sua pessoa. Começou pelo Deputado Durval Amaral. E, agora, nós queremos saber quem será a próxima vítima. Quero deixar aqui, bem claro, quer o Executivo goste ou não goste, nós já temos dois fatos gravíssimos comprovados, e vamos em busca de mais fatos, que são evidentes! Não vamos nos intimidar!

Tenho certeza absoluta, vamos lutar para que esta Casa preserve sua autoridade.

Tem o aparte o Deputado Leite.

O Sr. Waldir Leite

Obrigado, Deputado Rossoni.

Quando estava adentrando ao Plenário, ouvi-o falar que poderia trabalhar com a hipótese de ser verdadeira a afirmação do Governador Requião. De forma alguma podemos admitir que hipóteses sejam levantadas, hipóteses falsas, mentirosas, irresponsáveis e desequilibradas. Desequilíbrio de um Governo que sabe que está acontecendo tudo do pior possível em Paranaguá e não quer abrir os olhos para isto!

Essa outra empresa que o senhor falou que a CPI vai mandar para o Ministério Público, já foi contratada de forma irregular, com autorização do Governador; houve irresponsabilidade dele, também. Uma empresa que não tem certidão negativa de nada, não tem alvará, não paga seus impostos, não pode prestar serviços a órgão público. O Governo do Estado sabia disso e autorizou a dispensa de licitação. E o que é pior, quando autorizou a dispensa

de licitação, não cumpriu a lei, convocando a segunda e a terceira convocadas da licitação, que foi realizada para execução deste serviço. Ou seja, convidou três empresas: uma de Araucária, uma de Santa Catarina e outra de Paranaguá, esta, com certeza, direcionada a ganhar este serviço. Esta pertence ao cidadão, que dirige um Partido em Paranaguá e tem interesses políticos na região.

Então, o Governador do Estado fala muita bobagem! Nós temos que respeitar o Governador do Estado, aqui, mas não podemos admitir que ele faça calúnias e denúncias inconseqüentes, até porque ele deveria ser melhor municiado, ter melhores informações do que acontece em Paranaguá, para depois vir com denúncias vazias, até porque esta Vali Service, que é a empresa que ele dispensou, é uma empresa de Araucária eu até providenciei o seu contrato oficial, que deve chegar daqui a alguns instantes, e isso prova a irresponsabilidade desse senhor.

Então, talvez o desequilíbrio esteja tomando conta, o nervosismo esteja tomando conta desse senhor, porque não sabe mais o que fazer para esconder o que acontece no Porto de Paranaguá desde o Movimento Pró-Paranaguá.

Tenho certeza que a CPI, sob a sua presidência, irá conduzir os trabalhos da melhor maneira possível, não se intimidando a um louco, a um desvairado, a um desequilibrado, e principalmente, um irresponsável para com a economia do Paraná!

Obrigado, Deputado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu agradeço V. Exa.

Encerro o meu pronunciamento dizendo que tenho procurado presidir a CPI do Porto de Paranaguá com muito equilíbrio, mas jamais vou me calar mediante os posicionamentos do Governador em intimidar essa comissão.

Como Presidente da CPI quero procurar ter o equilíbrio para não fazer com que pessoas paguem pelo que não devem, mas não vou me intimidar em cima do que o Governador disse. Se ele quer governar o Paraná sob intimidação, que intimide os seus subordinados, porque eu não sou seu subordinado, sou parlamentar e vou honrar esse mandato que foi dado pelos paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Barbosa Neto)

Esta Presidência registra com satisfação a presença na Assembléia Legislativa, do Prefeito Flavio Vieira, de Cianorte, do noroeste do Estado, que nos visita.

Utilizando horário do Pequeno Expediente, Deputado José Maria Ferreira, do PMDB.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Sras.e Srs.Deputados.

Uso da tribuna nesta tarde para prestar contas da viagem que fizemos aos Estados Unidos, um programa mantido pela Secretaria de Estado Americano, um pro-

grama denominado “Visitantes Voluntários”, que todo ano leva aos Estados Unidos aproximadamente três mil parlamentares do mundo todo. E esse programa tem por objetivo dar informações, permitir que outros Paramentos possam conhecer a estrutura americana. Vai a convite do Governo Americano, com agenda, programação estabelecida pela secretaria de Estado Americano, que tem por objetivo mostrar como funcionam os órgãos, os condados, os municípios, os distritos educacionais, que para nós é uma figura jurídica de administração bastante diferente daquilo que temos aqui; e mostra também os Estados, como eles compõem e se organizam diante da União.

O que entendemos, inclusive trouxemos como experiência, Deputado Geraldo Cartário, V. Exa. que já foi Prefeito, é que nós não temos muita diferença do ponto da organização em si, exceto que as instituições, mesmo lá, superpondo a outras, como é o caso dos condados, dos municípios e dos distritos educacionais que tem capacidade de tributar em alguns Estados, elas funcionam, é um sistema extremamente complexo, em alguns momentos sobrepondo autoridades, mas que tem o funcionamento e cumpre o seu desiderato. Entretanto, se olharmos, vamos verificar que o que precisa ocorrer no Brasil é uma efetiva reestruturação da Federação, permitindo que os Estados recuperem, a sua capacidade de legislar e de criar políticas autônomas, o que hoje não ocorre.

Por isso nós, quer na CCJ, nas Comissões permanentes desta Casa, nos vemos obrigados a dar pareceres contrários, às vezes, ao prosseguimento de determinado projetos, por quê? Porque o Estado, da forma como está idealizada a nossa estrutura jurídica, não permite a independência dos Estados. Lá, é diferente. Lá, se o município quer ter alguma determinação, alguma autonomia, quem dá é o Estado. Como também vincula-o a condados. Uma estrutura totalmente diferente da nossa.

Os Estados Unidos têm aproximadamente 39 mil formas de governo, entre municípios, condados e regiões administrativas, como aqui temos, no Paraná, 22 regiões administrativas. Entretanto, não tem autonomia. Não tem a capacidade de gestar programas e projetos, o que lá ocorre.

O que nos sobressaltou, foi que nossas estruturas não são muito diferentes, exceto a capacidade de autonomia. Precisamos fazer com que as nossas instituições tenham um efetivo funcionamento.

Estivemos no Distrito Federal, onde visitamos o Capitólio. Mostra também que o peso do Legislativo lá é presente. Ele é a maior instituição. Tem a sua própria autonomia e se faz representar. O que esperamos, numa reforma que deve vir ao nosso País, para que possamos ter as nossas instituições e os estados recuperem a sua capacidade de autonomia e de criar programa, projetos e ações que interessem à sua população, porque, quem está mais perto da população, são os estados e os municípios.

Portanto, foi uma presença extremamente rica que tivemos e que compartilhamos neste momento aos nossos companheiros. Especialmente no estado da Pensilvânia, cidade de Filadélfia e a capital, cidade de Hanisburg, onde pudemos conhecer um pouco do processo legislativo, e sobretudo, o acompanhamento que as instituições, as ONG's fazem da ação do governo. Não são elas que vêm cobrar verbas. Às vezes elas vêm solicitar cortes no orçamento. Diferente do nosso, porque aqui temos a figura do mandato, da eficiência, do mandato produtivo. E lá, produtivo é aquele que preserva o orçamento! Produtivo é aquele parlamentar que tem ação no sentido de equilíbrio das suas contas.

Era isso.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador inscrito, Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna na tarde de hoje para fazer um pronunciamento sobre um dos temas mais preocupantes da sociedade brasileira e paranaense, que é a questão da segurança no Estado do Paraná.

Muito se tem ouvido falar desta tribuna com relação à segurança do Estado do Paraná e os altos índices de criminalidade, aumentando a cada dia que passa em nosso Estado e em todo o Brasil, em função, é lógico, de todo um quadro vivido em nível nacional e que vem preocupando a sociedade paranaense.

Como Parlamentar de uma região que tem vinculação com a fronteira, com o país vizinho da Argentina, temos, nos últimos meses, vivido situações dramáticas na região Sudoeste do Paraná, com relação à segurança. Sou de uma cidade pequena, onde fui Prefeito, Santo Antônio do Sudoeste, divisa com a Argentina, e a segurança nessa região está de mal a pior; não há nenhuma preocupação, Srs. Parlamentares, pelo que vejo, por parte das autoridades governamentais no sentido de incrementar ações que possam dar segurança à população da nossa região de fronteira.

Nos últimos dias, o município de Santo Antônio do Sudoeste foi alvo de assaltos à mão armada durante o dia, e, na noite de ontem, culminou com a ação principal num seqüestro relâmpago a um casal de empresários da nossa cidade, a uma empresa que gera mais de quatrocentos empregos. O casal foi tomado de assalto na sua residência, foram amarrados, bateram até o momento em que o casal se dirigiu à empresa e acabou entregando o dinheiro que os assaltantes e seqüestradores exigiam e necessitavam. Foram mais de cinco horas de terror na noite de ontem a um casal de empresários que a cidade se orgulha de ter, pelos investimentos, pelos empregos que gera na cidade.

Esse clima de insegurança constante na nossa cidade, na região de fronteira, está sendo permanente.

Portanto, conclamo aos Srs. Parlamentares, à Comissão de Segurança desta Casa, que é muito bem presidida pelo Deputado Bradock, homem experiente, que conhece mais do que nunca dessa área de segurança, que leve a nossa preocupação ao Sr. Secretário da Segurança, ao Sr. Governador, para que providências se tomem no sentido de incrementar ações que possam dar garantia e segurança à nossa população da fronteira Sudoeste do Paraná.

Não tem mais como conviver com essa situação de assaltos permanentes. Além do seqüestro-relâmpago da noite de ontem, Deputado Bradock, mais um assalto a motorista de caminhão que transportava uma carga de fumo aconteceu lá no município de Pérola do Oeste e isso é freqüente, acontece toda semana e temos, com certeza, informações de que há participação de elementos, quem sabe até da própria polícia, dando cobertura a marginais que lá se instalaram, vindo de outras regiões do Estado.

Temos conhecimento de que quadrilhas radicadas, principalmente na cidade de Itajaí - Santa Catarina, sede de porto, está se ramificando no interior do Paraná, de forma especial na nossa região de fronteira, e as autoridades da área de segurança, lamentavelmente, não têm se apercebido disso e tomado providências.

Portanto, venho a esta tribuna para trazer essa preocupação da nossa região e V. Exa., Deputado Bradock, por favor, leve a nossa preocupação ao Secretário de Segurança e ao Governador, para que intensifique ações, para que aumente o efetivo da Polícia Militar, para que as providências sejam tomadas e que não tenhamos outros dissabores na seqüência de pessoas de bem sendo torturadas e quem sabe até assassinadas por assaltantes frios, por marginais.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de fazer o nosso pronunciamento, gostaria de registrar a presença do Prefeito Moreira, lá do município de Maripá, bem como do Presidente da Câmara de Corbélia, o Pérsio, que vem acompanhado do nosso Ve-reador Ivanor, e nos prestigiam na Sessão de hoje.

Na verdade, Srs. Deputados, ouvi atentamente o pronunciamento do ilustre Deputado Ademar Traiano, quando fez considerações em relação à questão da Segurança Pública, e V. Exa. dizia, aqui da tribuna, de um seqüestro-relâmpago acontecido lá no Sudoeste. E aqui nós temos a presença do Presidente da Câmara e do Ve-reador. Eu também já me manifestei por inúmeras vezes desta tribuna, quando disse que inclusive houve assaltos com morte na casa de um dos Vereadores lá da cidade de Corbélia.

Quer dizer, a criminalidade tomou conta no Estado do Paraná. E para quem ouve o Secretário da Segurança Pública, e para quem ouve o Governo do Estado, parece

que a questão toda está resolvida. Na verdade, não é isso que acontece na Região Metropolitana de Curitiba e no interior do Estado do Paraná.

A imprensa tem noticiado que todo final de semana são mais de quinze mortes que acontecem só na Região Metropolitana! Na cidade de Foz do Iguaçu, do nosso ilustre Deputado Dobrandino Gustavo da Silva, que é Presidente Regional do PMDB do Paraná, na cidade do Deputado Reni Pereira, a violência anda solta. Não é só nessa cidade, como em muitas cidades.

Mas, na verdade, o que eu quero falar hoje não é sobre a segurança. Quero falar sobre os 1000 dias de atraso no saneamento no nosso Estado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. O Governador Roberto Requião completou, na última semana, 1000 dias contra o avanço do saneamento no nosso Estado. É um triste aniversário.

E por que falo 1000 dias? São 500 dias de Governo e mais 500 dias no Senado que seguraram os investimentos previstos pelo programa PARANASAN para a Região Metropolitana de Curitiba!

São 1000 dias contra a melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias curitibanas que ainda não são atendidas por serviço de coleta e tratamento de esgoto. São 1000 dias contra a melhoria da saúde, um benefício que vem junto com o saneamento ambiental.

Srs. Deputados, são 1000 dias, contra os interesses legítimos de todos os paranaenses que vivem em Curitiba!

O Programa PARANASAN em primeiro, enfrentou a resistência do então Senador Requião e teve que esperar 500 dias para ser aprovado no Senado. Está parado desde que ele tomou posse, em 01 de janeiro de 2003. Está parado porque o atual Governo não tem interesse em fazer as obras que beneficiam Curitiba, a população da nossa rica cidade e bela cidade ecológica que é Curitiba.

Está parado e não tem previsão de quando será retomado. Talvez depois das eleições municipais, talvez depois do Carnaval de 2005.

Digo talvez, porque o empréstimo do Japão para o programa PARANASAN tem uma cláusula contratual que determina que as obras financiadas devem ser concluídas até dezembro de 2004, ou seja deste ano. Senão o Paraná e a cidade de Curitiba as perde.

Então, não teremos nenhuma garantia que o prazo para as obras vai ser prorrogado.

É preciso que a sociedade paranaense e a população curitibana em particular saibam o que está acontecendo e o que o Governo do Estado está fazendo com a cidade de Curitiba.

São 1000 dias de infelicidade para milhares de famílias que esperam poder melhorar de vida com água tratada e coleta de esgoto.

Aliás, por água tratada, ontem o Deputado Neivo Beraldin apresentava um requerimento pedindo esclarecimentos para que a SANEPAR explicasse o motivo dessa

água que foi trazida por um cidadão aqui de Curitiba, lá do bairro Fazendinha. Água completamente imprópria para o consumo animal, que dirá para o consumo humano!

São mil dias da política do atraso, do ódio e da discriminação. A história não perdoará essa perseguição contra Curitiba e os curitibanos também não!

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encerrando o meu pronunciamento faço esse registro, porque não é concebível que o financiamento aprovado ainda no Governo passado para Curitiba, para trazer saneamento, para melhorar a saúde dos curitibanos, por uma questão pessoal do Governador Roberto Requião não se faça licitações e não se use essa verba para saneamento básico.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Próximo orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados.

Escutei o pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni na tribuna desta Casa, onde ele trouxe fatos que acontecem com relação à forma de agir do Governador Roberto Requião de Mello e Silva, e aqui quero fazer um histórico, Sr. Presidente, do decorrer deste ano e meio de Governo, ações claras daquele que governa o nosso Estado e que na sua posse, naquela tribuna da Assembléia Legislativa do Paraná, deixou claro que o seu governo tem que ser fiscalizado por aquela minoria de Deputados que formam o Bloco de Oposição nesta Casa. Uma minoria, mas uma minoria que denuncia! Uma minoria valente e que cumpre o seu papel, como Deputados nesta Casa de Leis!

Vou, rapidamente, lembrar a todos vocês alguns fatos. Nós tivemos, no começo deste ano ou meados do último ano o Deputado Fernando Ribas Carli denunciando aqui desta tribuna o fechamento do curso de Medicina, que foi prometido pelo então candidato a governador, Roberto Requião de Mello e Silva, na cidade de Guaruapuava. Ele denunciou também desta tribuna as escolas que não foram concluídas lá, no primeiro Governo do Roberto Requião, onde no município de Ipiranga quatro grandes escolas estavam com o seu esqueleto armado e o então Presidente da FUNDEPAR, Maurício Requião, tinha autorizado a execução das obras e não as concluiu, só que pagou 100% do valor da obra! Essa é uma denúncia seriíssima e que até hoje não foi explicada a todos os paranaenses.

Tivemos também o Líder das Oposições, Deputado Durval Amaral, valente e corajoso Deputado que, por inúmeras vezes, da tribuna desta Casa fez denúncias seriíssimas contra irregularidades do atual Governo. E o que vimos? Retaliações do Governo em cima dos Deputados Durval Amaral e Ribas Carli quando fizeram denúncias desta tribuna.

Nesta tribuna, como representante dos Campos Gerais, levantamos nossa voz sobre o fechamento do curso de Medicina. Também denúncias fizemos da Secretaria de Comunicação do Paraná, que utilizou recursos do Governo do Estado para patrocinar o Fórum Mundial Popular sobre Transgênicos, no Rio Grande do Sul, e que lá condenaram a FARSUL - Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul - e também a empresa Monsanto por estar incentivando o plantio de transgênicos naquele Estado. E deixar claro que o plantio de transgênicos foi autorizado pelo Presidente Lula em todo o território nacional! E o que vimos logo em seguida às denúncias feitas? Uma tentativa de retaliação da Secretaria de Comunicação em cima do Deputado Plauto, na sua Base de sustentação política, só que a palavra e a voz do Governo foram mais fracas do que a voz do representante dos Campos Gerais. E o que vimos no dia de ontem?

Um CPI do Porto de Paranaguá? E quantas denúncias temos, começando pelo desvio da soja, quando 1.400 toneladas de grãos desapareceram dos silos públicos do Porto de Paranaguá! Quem era o Diretor Técnico que tinha essa responsabilidade?

O Sr. Ogarito Linhares. Era este o responsável pela soja que estava lá no silo público, e cada representante do Porto que vem à CPI não sabe responder como foi feita essa operação, onde sumiu dos silos público toda essa quantidade de grãos!

Ora Sr. Presidente, as denúncias foram feitas...

Solicito o Horário da Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães passa a usar o Horário da Liderança do PFL.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

As denúncias estão sendo feitas.

O Carli fez as suas, a retaliação veio. O Deputado Durval fez denúncias, retaliações à sua pessoa vieram. O Plauto fez denúncias, retaliações à sua pessoa vieram. O Deputado Leite fez denúncias sobre o soja que sumiu, sobre as filas, a real anarquia que tornou-se o Porto de Paranaguá e que proporcionou uma fila invejável ao povo paranaense, que veio do Porto do Paranaguá até a capital do Estado, prejudicado toda a nossa economia. E essa CPI, criada e montada, está se aprofundando, coisas seriíssimas serão trazidas à tona e toda a população do Paraná vai poder avaliar as irregularidades que acontecem no nosso Porto.

Agora, eu pergunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem será o próximo? Será que é o Deputado Valdir Rossoni, porque está investigando o irmão do Governador lá no Porto de Paranaguá?

Será que ele, como Presidente dessa CPI, não vai sofrer uma retaliação também?

Ou vai ser o Deputado Traiano, que está denunciando que a Segurança Pública no Estado do Paraná não funciona; ela está voltada, sim, para proteger os bingos,

para deixar com que os bingos não funcionem no nosso Estado, está, sim, para proteger e agir em cima dos crimes de colarinho-branco?

A realidade é uma Traiano, se cuide, em breve uma retaliação em cima do seu nome virá! E o Deputado Luiz Carlos Martins, membro também da Oposição, o que virá contra ele?

Está é a atitude do Governador que recebe denúncias de Parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e que no lugar, Sr. Presidente, de explicar, de trazer à tona e esclarecer as denúncias que são feitas pelos Parlamentares, resolve atacar! A melhor defesa é o ataque, pode ele pensar assim, mas o que realmente acontece e nós precisamos saber, é um esclarecimento das denúncias que são feitas nesta Casa de Leis.

Este é o papel democrático: o Poder Executivo tem a sua Base de apoio e respeita essa Base, que dá apoio total e geral para o Governo do Estado, para o Poder Executivo; e a Oposição, Sr. Presidente, faz o seu papel democrático de fiscalizar. E é isso que nós estamos fazendo. Agora, Sr. Governador, quem será o próximo?

Sr. Governador, o senhor que foi Senador da República e um dos Senadores daquele Parlamento que mais fiscalizou e mais denunciou, e lhe garanto que retaliações em cima nunca aconteceram. Vamos ver nos próximos dias o que vai acontecer.

Deputado Rossoni, prepare-se, que com certeza vão trazer denúncias contra o senhor. E todas as denúncias que fizeram em cima dos Deputados, nada ficou esclarecido, nada ficou provado. É o verdadeiro ataque para combater o contra-ataque, é o Governo que não se explica e no lugar de se explicar, vem atacar.

Concedo um aparte ao Deputado Fernando Ribas Carli.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Deputado Plauto, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Realmente o senhor faz um brilhante pronunciamento fazendo uma retrospectiva dos últimos meses, dos acontecimentos dos últimos meses no Paraná, porque estamos assistindo, na verdade, Deputado Plauto, é um déspota que está ali no Palácio Iguaçu e que não admite ser contrariado e não admite que alguém possa sequer levantar qualquer dúvida sobre qualquer ação do seu Governo.

E nós, como bem colocou o Deputado Plauto, temos levantado inúmeras questões, agora mesmo a questão da ELEJOR, desta compra feita no afogadilho e que veio aqui o Diretor da COPEL e não esclareceu o que deveria ter esclarecido. Agora, tenha a certeza, Deputado Plauto, e eu tenho convicção disso, a Oposição não vai se calar, não, porque poderão vir quantas retaliações quiserem do Palácio Iguaçu, que retaliação nenhuma irá calar os Deputados da Oposição, porque se nós tivéssemos receio de retaliações ou se fôssemos reféns de alguém, não teríamos passado pelo crivo das urnas, não teríamos

recebido o respaldo popular que recebemos nas últimas eleições, especialmente o Deputado Plauto, um dos Deputados mais votados desta Casa nas últimas eleições.

Então, quero parabenizá-lo e dizer que vamos continuar nesta linha, todos nós da Oposição, e acreditando que mais outros Deputados que já estão tomando este mesmo posicionamento, porque não concordam com a ação do semi-Deus do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, para concluir, eu quero aqui alertar aqueles Deputados que têm uma posição clara, corajosa e firme nesta Casa, trazendo aqui denúncias de irregularidades em vários pontos do Governo do Estado do Paraná, que são os Deputados Rossoni, Luiz Carlos Martins, Traiano, Elio Rusch. Com certeza no decorrer do tempo aqui nós iremos ver, porque a forma de administrar e de enfrentar as denúncias é o ataque. No lugar de explicar, o Governo gosta de atacar e a sociedade paranaense quer esclarecimentos sobre as denúncias que foram feitas que até agora nada foi esclarecido.

Governador, no lugar de atacar, o senhor explique-se com a população do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Finalizando o Pequeno Expediente, no Grande Expediente iremos conceder a palavra, por solicitação em requerimento do Deputado Marcos Isfer, o manifesto contra o abuso e exploração sexual infanto-juvenil promovido pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que farão uso da palavra.

Com a palavra o Sr. Valdenir Lazzarini, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos das Criança e do Adolescente, a quem convidamos a ocupar a tribuna, e logo após a ativa e combativa Promotora, Procuradora do Trabalho, Margareth Mattos de Carvalho, faz, bem como o Conselho, um belíssimo trabalho neste Estado.

Com a palavra, por quinze minutos, o Sr. Valdenir Lazzarini, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tive a honra de participar da primeira gestão do Conselho e sei da importância e da decisão que exige este trabalho.

O SR. VALDENIR LAZZARINI

Obrigado, Sr. Presidente, obrigado pelo espaço, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em especial através da Deputada Arlete Caramês, Conselheira no Conselho Estadual, atualmente.

O Conselho se faz presente hoje aqui, lembrando do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Inicialmente, o Conselho vai abrir um espaço para a Dra. Margareth, membro da Comissão Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual, para um posiciona-

mento da Comissão Estadual, e no fechamento eu volto a fazer algumas considerações em relação à política do Conselho.

A SRA. MARGARETH MATTOS DE CARVALHO

Peço a atenção dos Srs. Deputados, por gentileza, nós participamos aqui com pouca frequência, digamos assim, e gostaríamos de obter, por gentileza, a atenção dos senhores, se não for pedir muito.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Srs. Deputados, solicitamos hoje, como se trata do Dia Internacional de Combate ao Abuso Sexual, a atenção dos companheiros, pela seriedade que a Procuradora e o Conselho nos trazem.

A SRA. MARGARETH MATTOS DE CARVALHO

(Lê):

“Hoje as instituições se unem para fortalecer o combate à exploração sexual e comercial das crianças e adolescentes. Para início de conversa fique claro: crianças não se prostituem; crianças são prostituídas pela sociedade, pela pobreza dos seus pais, pela herança de violência doméstica, pela impunidade que campeia na legislação penal e nos tribunais brasileiros. A idade das crianças exploradas é cada vez menor, entre sete e dez anos.

Além de explorar as necessidades econômicas das vítimas, os homens, na sua maioria, tiram proveito da vulnerabilidade social das meninas e adolescentes, que fogem da miséria de suas casas e dos maus-tratos de pais, padrastos, irmãos e das próprias mães.

Essas meninas, chamadas de prostitutas por uma sociedade hipócrita, vendem a sua virgindade, a sua ingenuidade e a sua infância por um prato de comida, um pacote de bolacha, um chocolate, um caramelo, um tênis ou um batom.

Essas crianças, que nunca brincaram de bonecas, são violentadas em boléias de caminhão e abandonadas nas madrugadas frias das rodovias que transportam a riqueza do País.

Os homens que usam essas meninas são pais de famílias que se apressam para proteger seus filhos das desgraças que os rodeiam. São indivíduos que fecham as portas de suas casas atemorizados com a violência dos bandidos. São caminhoneiros, vereadores, prefeitos, doutores, sacerdotes, cidadãos acima de qualquer suspeita. São homens em quem confiaríamos os destinos de nossas filhas.

Quanto aos direitos humanos, a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes é o pior escândalo da nossa época. Não nos deve faltar a indignação ao ler notícias, como as que mancharam, com nódoas profundas, os municípios de Campo Largo, Foz do Iguaçu, Paranaguá e também Curitiba.

Esses homens que rotulam essas meninas de vagabundas e putas, não serão punidos por seus atos de

estupro e atentado violento ao pudor, porque a legislação penal e o entendimento dos tribunais deste País são complacentes com os agressores, ao argumento de que não há violência presumida contra vítima menor de 14 anos, quando ficar provado que ela tem mau comportamento, é corrompida, mantém relações sexuais com outros homens, além de ter conduta participativa para a consecução do ato libidinoso.

E, ninguém vai duvidar que a menina que se equilibra num sapato de salto alto e que veste uma saia curta e que se oferece aos caminhoneiros da estrada, por uma nota de um real ou por um refrigerante que lhe mate a sede, é uma menina de vida devassa, com experiência sexual de muitos homens. Só que a Justiça não leva aos autos do processo que toda menina é pura e inocente até que a sociedade, esta, sim, corrompida e dissoluta, roube dela a pureza, a ingenuidade, a inocência e a infância que ela nunca pôde ter.

Além de nos indignar, temos que nos mobilizar para mudar o retrato dessa infância desvalida, dessas desventuradas crianças, abandonadas pelos pais e pelo Estado, que não se preocupa em dar-lhe educação, lazer, saúde, folguedos, a proteção legal de um ser em formação. Os municípios, à ausência de políticas públicas, não sabem o que fazer: não há abrigos, os conselhos tutelares não têm infra-estrutura e autonomia para atuação; não há grupos escolares suficientes; não há jornada ampliada para manter os jovens e crianças ocupados depois das aulas; não há emprego para os pais.

Essas meninas e meninos prostituídos pela sociedade serão os analfabetos, os traficantes, os viciados e os marginais do amanhã. A nossa resposta de hoje, então, deve ser tolerância zero, deixando o campo do direito repressivo do Código Penal e passando aos puros domínios da moral, da ética, dos bons costumes e de palavras esquecidas como respeito, dignidade, fé e esperança num Brasil melhor.”

Quero finalizar com um pedido que nós reiteramos neste momento o que foi trazido no ano passado, que me parece que a Deputada Cida Borghetti até participou do evento naquela ocasião, porque nós, do Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente pedimos e protocolamos um requerimento no sentido de que fosse instalada uma CPI com o objetivo de conhecer a extensão da gravidade do problema no nosso Estado, identificando e reconhecendo as redes de exploração e seus beneficiários, retomando numa CPI anterior que não teve executadas as suas ações, e também a instalação de uma Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente nesta Casa.

Os movimentos de defesa dos direitos da criança e do adolescente não encontram um interlocutor quando precisam trazer a discussão nesta Casa sobre qualquer tema relacionado à criança e ao adolescente, daí a necessidade de uma Comissão especializada neste tema.

Neste dia, tivemos um grande avanço no Estado do Paraná com a criação de uma Delegacia Especializada na Repressão de Crimes Sexuais contra Adolescentes. A criação de uma Vara Especializada e a criação de uma Promotoria Especializada no mesmo tema. Acho que a Assembléia Legislativa do Paraná não pode continuar em silêncio em relação a este apelo que hoje reiteramos e exigimos uma pronta resposta.

Neste momento, agradecemos a oportunidade e gostaríamos de obter uma resposta em relação aos pedidos aqui reiterados.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Nós é que agradecemos.

Esta Assembléia não ficará silenciosa em relação a esses apelos.

O SR. TADEU VENERI

Só para dar informação à Dra. Margareth, que a Comissão que foi solicitada poderá estar no nosso Regimento Interno, que o anteprojeto deverá ser votado nas próximas semanas ou nos próximos meses. E, possivelmente, nesse Regimento Interno, poderá estar contemplada uma Comissão Permanente nesta Casa, de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Gostaria de cumprimentar a Dra. Margareth. Tem um projeto que encaminhamos nesta Casa de Leis, que se encontra na CCJ, e aproveito o momento para pedir aos membros da CCJ, que pudessem dar-lhe o parecer, porque prevê o disque-denúncia à violência que ocorre com a mulher, com a criança e com o adolescente. E esse disque-denúncia seria vinculado junto à Secretaria da Segurança Pública. Pedimos que o projeto seja agilizado, porque, tenho certeza, que ajudará, muito, no combate à violência.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Agora com a palavra, o Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O SR. VALDENIR LAZZARINI

Só para registrar o posicionamento do CED, em relação ao tema de hoje. É difícil enquanto cidadão, enquanto dirigente de abrigo, percebermos no nosso dia-a-dia que a nossa sociedade é hipócrita, porque, ao mesmo tempo que ela alimenta essa situação, que ela expõe figuras, em várias bancas percebemos, ao nível dos olhos de uma criança de quatro, cinco anos, revistas pornográficas expondo e alimentando situações que depois somos os primeiros a condenar. Nas mínimas coisas chegamos à conclusão que a sociedade é hipócrita, porque alimenta toda uma sociedade de consumo e depois condena aquele adolescente, aquela criança que não pode acessar esse consumo.

Estamos hoje com elementos de barbárie nesse aspecto. O Conselho tem uma preocupação e uma responsabilidade imensa, em nível de Estado, porque é o responsável pela deliberação da política da criança e do adolescente. Não só esses em situação de risco, mas de toda a criança e todo adolescente, seja na educação, na saúde, no esporte, cultura ou lazer, mas, sobremaneira, nos preocupam essas que estão em situação de risco pessoal e social.

Foi um esforço nosso, durante os três primeiros meses nessa nova gestão do Conselho, em elaborar critérios mais transparentes, que pudessem, até em nível de recursos, transferência aos municípios, apontarem programas que possam estar trabalhando a prevenção, porque temos duas situações: se é importante combatermos a violência, responsabilizar e punir o culpado - lembro-me dos Deputados que me antecederam, falando da violência instalada no Estado, em várias regiões, em Foz do Iguaçu, de onde venho, e temos contato; não é diferente, mas temos que olhar para outro lado, o da prevenção. O Conselho, preocupado com isso do Fundo Estadual, o qual ele é gestor, oito milhões e 800 mil aos municípios, para programas e projetos, que se enquadram para esse tipo de criança e esse tipo de adolescente. É um esforço nosso.

Na semana passada, em uma reunião extraordinária se formou uma comissão, com um membro da Comissão Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual, um do Ministério Público e dois do SEDEC, para elaborar critérios para uma seleção pública de projetos, para que no segundo semestre o Conselho possa selecionar no Estado alguns deles, com o recurso definido, em função desse estudo, mas que possa estar financiando o enfrentamento a essa situação de violência e com ênfase na violência sexual. O Conselho, dentro de suas atribuições, dentro das suas possibilidades, é um recurso considerável, se formos olhar para os recursos que o Município dispõe, mas é muito pouco em relação ao que tem que fazer.

Trazemos essa preocupação à Assembléia, porque acho que aqui é o espaço onde o povo está representando, onde a sociedade civil está presente, da importância de se ter essa preocupação e de responder uma determinação legal da prioridade absoluta inscrita na Constituição Nacional, na Constituição Estadual e nas nossas leis federais, da criança e do adolescente serem prioridade absoluta. Isso significa também a prioridade na hora da execução orçamentária e de destinar recursos públicos para isso.

Discurso, nós provavelmente estaremos aqui no ano que vem, novamente, marcando dia, mas espero que não estejamos nessa situação ou em uma situação pior ainda. E no pior, Srs. Deputados, que essa Assembléia não tenha se posicionado em relação a isso, seja através da instalação da CPI ou de medidas concretas, de aprovação de leis, que possam estar beneficiando a população infanto-juvenil do nosso Estado.

O Conselho está aberto. É um órgão partidário, formado por metade de representantes do Governo e metade pela sociedade civil e se encontra aberto aos Srs. Deputados para qualquer interlocução ou discussão que se fizer necessária, para que, dentro de suas possibilidades, estar ajudando também.

Obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, tomo a liberdade de pedir um esclarecimento ao orador, porque a Assembléia está sempre disposta, e se tiver uma legislação que seja de competência desta, para contribuir no processo da defesa da infância, da criança e do adolescente, pode ter certeza de que esta Assembléia está aberta a produzir o texto legal, mas precisa saber se se enquadra na competência da mesma. A Assembléia está aberta a receber a sua proposta, desde que o senhor a tenha.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Eu gostaria, como autor do pedido, que aqui estivesse o Presidente do SEDEC também da nossa promotora Marlene - dizer-lhes do interesse da Assembléia e que acho que não se furta a este interesse em participar. Sei que tem algumas dificuldades. É um processo às vezes moroso, alguma legislação. Temos companheiros nossos que têm legislação em tramitação - não são poucos os projetos.

Eu queria fazer uma sugestão aos senhores. Pudemos ver que uma das medidas que hoje faz maior efeito, na luta contra o tráfico de drogas, foi justamente a partir do momento em que se começou a haver apropriação, por parte do Estado dos bens aonde a droga era transportada.

Eu gostaria de sugerir, um nível federal, que os senhores encaminhassem, e poderia o Paraná ser o precursor, que casas aonde fossem encontradas menores de idade se prostituindo, pudessem passar por um processo similar, ou algo neste sentido, em que haja não apenas aquela autuação, que muitas vemos por parte da polícia e que se no futuro pode virar um inquérito ou não, mas que houvessem algumas medidas com relação aos bens patrimoniais. Acho que essa pode ser, talvez, uma forma de rapidamente haver um desestímulo aos elementos que se tornam propícios a este tipo de atividade.

Quero dizer, também, que a CPI, se ela é importante por um lado, por outro, muitas vezes, é frustrante. Nós já fizemos inúmeras CPI's nesta Casa, e quero dizer que com exceção, talvez, de duas, o ano passado, que tiveram efeito mais bombástico na imprensa, mas que agora, também, com relação à Justiça, pouco vimos acontecer.

Então, não sei se este é o caminho. Acho que o caminho da conscientização é um caminho, efetivamente; legislação, mas pegarmos muito pesado para com aqueles que efetivamente praticam este crime.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Agora, faremos as inscrições dos Deputados que queiram fazer uso da palavra. Esta Presidência consulta se há Deputados que queiram propor questões, comentários; abriremos as inscrições agora e encerraremos logo após.

O nosso convidado ou a Procuradora poderão responder, se forem questões, ou finalizar com comentários.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Só quero, em nome da Bancada do PT, nos colocar à disposição.

V. Exa. fez uma crítica a este Parlamento, nós a acatamos e toda sugestão bem elaborada pela comunidade, ainda mais com a responsabilidade do Conselho da Criança e do Adolescente, será discutida amplamente dentro dos trâmites legais desta Casa, e a Bancada se coloca à disposição do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Gostaria de propor uma questão com relação aos projetos prioritários do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, faço esta pergunta exatamente porque hoje, na função de Parlamentares, mas bastante atentos e da disponibilidade de recursos, qual seria a disponibilidade de recursos do Fundo Estadual da Criança e do Adolescente, que foi criado e que tem vinculações orçamentárias específicas e que deverá estar sendo utilizado, exatamente, para este fim.

Então, gostaria de propor esta questão, para que nosso Presidente pudesse estar comentando sobre os projetos prioritários, a disponibilidade de recursos - me parece que hoje houve a liberação de alguns recursos - mas, qual é a disponibilidade. E, de fato, qual seria uma emenda específica do Conselho, do ponto de vista orçamentário.

O SR. TADEU VENERI

Só quero fazer uma pergunta. A Dra. Margareth citou alguns casos. Um, recente, e é notória toda a pressão que existe para que este seja mais um dos casos abafados, que é o problema de Campo Largo. Sabemos de tudo o que aconteceu. Infelizmente, o Dr. Valeixo faleceu, e era quem fazia todo o acompanhamento, pelos menos, deste caso.

Gostaria de saber se há, pelo menos que a senhora tenha conhecimento, algumas perspectiva de solução para aquilo que se convencionou chamar de "máfia de Campo Largo", no caso das meninas exploradas em Campo Largo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. VALDENIR LAZZARINI

Srs. Deputados, primeiro quero reparar uma situação: longe de mim ou do Conselho fazer qualquer consideração depreciativa em relação à postura da Assembléia.

Muito pelo contrário. As informações que temos e o que temos acompanhado apontam, justamente, noutro sentido.

O que eu gostaria de reafirmar é que dada a situação, é preciso um pouco mais de empenho, além do que os Deputados estão fazendo. Que neste dia se marque, se tenha alguma iniciativa positiva, no sentido de apontar alternativas para a situação que vimos enfrentando, mas em momento algum, coloquei que esta Assembléia não está se posicionando ou não está cumprindo com a sua função. Perfeitos, os Deputados, dentro das suas possibilidades, como o Conselho, dentro das suas possibilidades. Nós sabemos que estas possibilidades sempre são limitadas, acho que está fazendo e desempenhando seu papel, sim, e está respondendo às expectativas que a sociedade tem.

Em relação aos recursos, Sr. Presidente, o Fundo Estadual hoje conta com recursos não orçamentários, mas recursos financeiros, ou seja, dinheiro em caixa de 38 milhões de reais, o orçamento gira em torno de 15 milhões. O Governador hoje assinou autorização para liberação de recursos do FIA 2004 que se destinam justamente a atender esse tipo de projeto, que o Fundo especificamente foi criado, e as dotações, os recursos atinentes a ele, é justamente para esse público que a gente chama de criança adolescente situação de risco pessoal ou social, é a criança traficada, é a criança explorada sexualmente, é a vítima de exploração de trabalho infantil, é a criança que é abandonada, que é órfão, é para esse tipo de criança que esse Fundo destina o recurso.

Além desse recurso, seria importante - nesse processo de discussão orçamentária que se inicia para o próximo ano, - discutir no Orçamento Geral do Estado quais são as possibilidades de ampliar os recursos, tendo em vista programas de prevenção, porque a situação do FIA se destina para aqueles que já tiveram os direitos violados, e aí entra a política pública, entra basicamente o esporte, a educação, a cultura.

Se a nossa criança tiver esse acesso à escola, ela vai estar menos sujeita a esse tipo de situação, ela vai ter mais pessoas acompanhando, identificando e trabalhando com essa família. Então, o Fundo hoje, a nível de Estado, é o maior do Brasil, nisso o Paraná pode se orgulhar, os Deputados podem se orgulhar no momento que criaram a lei, que destinaram parte de taxas específicas para a composição da receita desse Fundo, e permite o Conselho, que é o seu gestor, destinar esses recursos para programas de tal importância nos municípios, que é o atendimento da criança e do adolescente nesse sentido.

Então, acho que é um momento novo e que a gente está trazendo à Assembléia essa disponibilidade de o Conselho estar discutindo junto os problemas.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Se a nossa Procuradoria quiser fazer as considerações finais.

A SRA. MARGARETH MATTOS DE CARVALHO

Respondendo à pergunta do Deputado Tadeu Venieri em relação a Campo Largo, as investigações continuam, só que o problema maior é a situação das meninas que foram vítimas daquela situação e que também hoje são as principais testemunhas, - elas praticamente tiveram as suas vidas suspensas porque têm que ficar protegidas e recebem ameaças durante todo o tempo, e não temos nenhum programa que dê proteção efetiva a essas meninas. Então, a situação é muito mais complicada do que podemos imaginar.

Em relação à necessidade de uma CPI, eu chamo a atenção para o fator de que a CPMI, que é a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso Nacional, esteve em Foz do Iguaçu para investigar algumas situações aqui do nosso Estado, demonstrando a necessidade de uma Comissão nossa para mostrar que nós temos capacidade de enfrentar os nossos problemas e também mostrar soluções para esses mesmos problemas; não é necessário que venha uma comissão de fora para botar o dedo aqui na nossa ferida, e dizer que aqui não está sendo feito nada.

Em relação ao que essa Casa pode fazer, o ano passado nós já comentamos em relação a isso, o mais importante é a questão orçamentária, é esta Casa que vota e aprova o orçamento do Governo do Estado, e o Plano Estadual de Enfrentamento à violência sexual está em elaboração e temos feito uma análise assim inicial de o quanto custaria a execução deste plano em valores que chegariam a dezoito milhões de reais.

Em Foz do Iguaçu nós temos um programa, todos nós conhecemos, da Organização Internacional do Trabalho, onde já foram investidos dois milhões de dólares só para o município de Foz do Iguaçu, e ainda não foram suficientes para garantir a efetividade dos direitos das crianças.

Então, imaginamos que para o Estado do Paraná, pensando nos pontos mais críticos, que realmente é Curitiba com sua Região Metropolitana, Foz e Paranaguá, não poderia ser menos que dezoito milhões de reais. Se conseguir a aprovação no orçamento nesse montante, já daríamos por satisfeitos os nossos apelos a esta Casa, e mais uma vez agradecemos a atenção de todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Reni Pereira.

Queria destacar o Deputado Marcos Isfer e o Líder do Governo, Natálio Stica, para que acompanhem a elaboração orçamentária, para que não tenhamos, lá no gargalo, na hora da votação do Orçamento, uma crise, não podendo atender essa demanda.

Nós todos sabemos como é feito o Orçamento. Seria importante no primeiro semestre, quando ele é formatado, que nós pudéssemos dar uma resposta afirmativa de preferência a essa demanda colocada hoje pelo Conselho da Criança e do Adolescente.

O SR. RENI PEREIRA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, gostaria de manifestar aqui a minha indignação, porque por duas vezes esta Casa foi citada como inerte na questão da prostituição infantil. Foi inclusive apontado pelo Deputado José Maria Ferreira e agora novamente a pessoa que fazia uso da tribuna, coloca que a CPI Mista esteve em Foz do Iguaçu, apurou problemas que, confesso, não tive acesso aos resultados dessa CPI, tendo em vista o sigilo que aconteceu toda essa CPMI.

E mais uma vez ela coloca que é necessário vir uma Comissão de fora, se nós temos a competência!

Então, invoco que essa Presidência solicite esclarecimentos ao Conselho, no sentido se tem alguma conclusão efetiva dos trabalhos da CPMI em Foz do Iguaçu, e se em caso positivo, ou que tenha indícios de estarem ainda ocorrendo fatos como os que motivaram a visita da CPMI Mista da Câmara e do Senado da Prostituição Infantil em Foz do Iguaçu, para que esta Casa também se manifeste no sentido de colocar uma investigação séria, que busque dar resultados, não só para o Conselho, como para as famílias e à sociedade.

Inclusive hoje na TV Globo mostraram para todo o Brasil resultados negativos lá na cidade de Foz do Iguaçu, em virtude, muitas vezes, de falta de respostas.

Então gostaria que essa Presidência, que esta Casa cobrasse do Conselho, se tem em mãos algum resultado de Foz do Iguaçu, objetivo, para que possa ser passado à Polícia Civil, ao Ministério Público, para que tomem as providências cabíveis. E caso contrário, se não tem, pelo menos que se tire Foz do Iguaçu da lista negra. É toda hora, parece que em Foz tudo de ruim acontece. Se eventualmente está ocorrendo alguma coisa, queremos saber.

Se não está ocorrendo, vamos citar outras cidades. Problemas têm em todo o Paraná, mas não só em Foz do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Quero dizer que qualquer Deputado pode pedir através de requerimento, prerrogativa parlamentar, seja instalação de CPI, seja solicitação de informações, para que a Mesa não fique a única responsável pelos encaminhamentos desta audiência, e qualquer requerimento que contenha as assinaturas, será encaminhado.

Neste mesmo momento recebemos da Deputada Cida Borghetti, um requerimento no sentido de que seja constituída a Frente Parlamentar Contra o Abuso Sexual da Criança e do Adolescente, que certamente será subscrita pelos demais Parlamentares e será votado ao final desta Sessão.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Para dizer a V. Exa. que a Comissão de Economia já tem, com a Secretária Eleonora, uma garantia de discutir o orçamento antecipadamente.

Portanto, está a cargo da Comissão de Economia essa conversa com a nossa Secretária Eleonora Fruet.

Muito obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Só peço a palavra em nome do Partido dos Trabalhadores, para agradecer a presença, tanto da Procuradoria como do Presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente na Assembléia Legislativa. E dizer que da parte do PT, e acredito que falo em nome de todos os e Deputados da Assembléia Legislativa, todos os esforços para que as Organizações não Governamentais que têm uma finalidade importante na nossa sociedade que é resgatar as crianças, sobretudo as crianças em risco, merecem todo o apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, peço a palavra para fazer a defesa da nossa Foz do Iguaçu. Moro lá e ninguém melhor do que eu, a conhece. Fui prefeito por dois mandatos, fui vereador, continuo morando em Foz. Não é diferente de nenhuma cidade do Paraná. A única diferença, é que lá tudo é manchete. A diferença que tem é que é uma cidade de fronteira, muitas vezes ocorrem as coisas no Paraguai e é taxado como Foz do Iguaçu. Foz tem na, verdade, mecanismos especiais para as crianças e tem inclusive o Conselho Tutelar pago pela Prefeitura e muito bem. Cada um recebe um salário razoavelmente bom. Tem a cobertura da Prefeitura. Não vejo nada de anormal na verdade.

Claro que temos que dar proteção às crianças. Mas o que ocorre na verdade e o Conselho pode fazer, não tem culpa disso é a situação das famílias. As famílias que os pais têm condições de colocar o filho na escola, que ele está empregado, não ocorre isso. Essas crianças que na verdade estão sendo realmente alvo de predadores, melhor dizendo, são as que moram em favelas, os pais desempregados. É uma questão social do Brasil. Posso afirmar, que Foz do Iguaçu, na verdade vou citar por exemplo os problemas de creche. Olha! É a cidade na proporção que tem mais creches do Brasil. Tem uma Assistência Social muito grande, por parte do Município, inclusive também da União. Então, não existem problemas. Não é diferente das demais. O que é diferente das demais é porque Foz do Iguaçu é manchete sempre que ocorre qualquer coisa e que aparece Foz do Iguaçu.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Sem dúvida nenhuma, as agruras que atingem as crianças não tenho dúvidas em dizer, não é uma questão a ser debatida, mas eu, como militante dessa área, não tenho dúvidas que isso acontece em 100% das cidades, porque se trata, de fato, de uma forma com que a sociedade organiza a exploração das pessoas. Até a senhora poderia nos responder também em relação a um programa de proteção a testemunhas que resolveria, pelo menos atenuaria as questões relativas às denúncias.

A SRA. MARGARETH MATTOS DE CARVALHO

O senhor mencionou a situação de Foz do Iguaçu e realmente dá a impressão que se está a criticar a administração local. Mas a gente, sabe porque em Foz, porque em Paranaguá, porque em Curitiba e Região Metropolitana a incidência é maior. Não tem a ver com a administração, mas pela característica de cada local.

Mas eu queria destacar aqui especialmente, porque o Prefeito de Foz do Iguaçu é o filho do Deputado Dobrandino, uma ação que ele vai possivelmente estar divulgando para o mês de junho e que nós consideramos da maior importância para o combate da exploração sexual comercial das crianças e adolescentes, é vincular à concessão de Alvará de Licenciamento e Funcionamento de qualquer casa comercial no município a não exploração do trabalho infantil e não exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e ainda colocando como a possibilidade de cassação imediata do Alvará quando encontrar qualquer uma dessas situações no local que tenha atividade no município. Essa é uma iniciativa única e que a gente pretende dar ampla divulgação como exemplo para todos os outros Prefeitos do nosso Estado, quiçá do Brasil também.

Em relação ao Programa de Proteção a Testemunha, esse programa deve estar sendo executado aqui no Estado pela Secretaria de Justiça, mas também nós encontramos mais uma vez programa de Orçamento que talvez pudesse ser aprofundada essa discussão aqui mesmo, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Queremos agradecer a presença do nosso Presidente, do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sr. Valdenir, a nossa Procuradora Margareth e dizer que novamente esta Casa não ficará insensível aos reclamos e aos apelos desse segmento e desse tema que tanto nos sensibiliza e nos toca. Sem dúvida nenhuma, se o instrumento for uma CPI ou a Frente Parlamentar proposta pela Deputada Cida Borghetti, ou qualquer ação, não ficaremos isentos. E temos aqui uma opção pela dignidade da pessoa humana e pela garantia dos direitos da criança e do adolescente. Esse Grande Expediente foi muito útil para todos nós.

Horário das Lideranças. Consulto as Lideranças do PL, PSL.

(Declinam)

No Horário do PPS, Deputado Waldir Leite com a palavra.

O SR. WALDIR LEITE

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não poderia deixar de vir a esta tribuna, porque no dia de ontem e de hoje estamos sendo alvo de críticas bastante infundadas do nosso Governador do Estado.

Tive o prazer de entregar ao Líder do Governo, a toda a imprensa e também irei protocolar nesta Casa o contrato social e as ordens de serviço cancelando o contrato de limpeza de uma empresa de Araucária, à qual o

Governador de forma equivocada, diria até irresponsável, me coloca como sócio-proprietário.

Iremos pedir que esta Casa mande uma cópia desses documentos ao Governador. E temos que exigir a sua retratação, uma vez que os Deputados não podem ficar a toda hora se omitindo e temendo por alguma ação do Governo em represália ao que falam nesta Casa.

Todos nós ganhamos nosso mandato através do voto popular, não podemos nos intimidar com que o Governador fala de forma equivocada.

Convido o Governador para dar uma lida nesses documentos, pois acredito que a sua assessoria não está passando as informações corretas, porque, às vezes, ele comete falhas gritantes e pode comprometer a sua imagem.

Tive o cuidado de distribuir esses mesmos documentos para a imprensa do Paraná e Brasil, para que saibam como faz o Governador do Estado. E a imprensa tem que tomar muito cuidado com o que publica, quando vem de uma pessoa que não pensa nas consequências de seus atos, podendo prejudicar pessoas que trabalharam muito, lutaram muito para conquistar uma imagem de pessoas sérias e honestas.

Gostaria que o Governador tivesse a humildade e a responsabilidade de ir a Paranaguá e olhar melhor os contratos. E se ele achar alguma empresa ligada à minha família, ou que eu seja sócio e tenha contrato com o Porto de Paranaguá, retiro-me na mesma hora da CPI do Porto de Paranaguá. Mas ele não vai achar nunca, passe quantos anos quiser na vida pública. Então, vou continuar aqui fazendo as denúncias que cabe a um parlamentar que defende os interesses de sua cidade.

Agora, não posso deixar de falar que a contratação da empresa que hoje presta serviço lá, foi feita de maneira irregular, até porque essa mesma empresa nem as certidões negativas e nem alvará possui.

Vejo que é um ato de improbidade administrativa, quando um Governo paga para uma empresa sem a mínima condição legal. Deveria analisar melhor essa documentação para depois pagar, porque é dinheiro público.

Não podemos nos intimidar com esse tipo de trabalho, de ofensa que o Governo do Estado faz a cada Deputado que ousa enfrentar, denunciar problemas do Governo. Esse tipo de decisão não irá me intimidar e vou continuar trazendo novo assunto aqui, independente da irresponsabilidade ou do desequilíbrio de quem quer que seja, Sr. Presidente. Pode ter a convicção de que cada dia usaremos a nossa trincheira de luta para denunciar as barbaridades que acontecem no Porto de Paranaguá.

Vejo que, às vezes, alguns Deputados, no afã de defender o Governo, até por lealdade, fazem defesas descabidas, fazem acusações que não têm fundamento. Então, gostaria de pedir a todos, que sejam mais responsáveis nas suas defesas e nas suas acusações, agindo da mesma forma que faço, sem trazer aqui nada sem fundamento, nada que seja mentiroso, nada que não seja verdadeiro.

Desta forma, Sr. Presidente, vou pedir que V. Exa., encaminhe ao Governo do Estado cópias desses documentos.

Talvez essa empresa Vale Service, no afã do Governo querer me acusar, imaginou que o “Vale” seria Waldir Leite, mas não tem fundamento isso. Então, gostaria que a Casa enviasse, através da sua assessoria, esse documento ao Governo do Estado, bem como deixasse guardado ou registrado nos Anais da Casa, de forma que não pairasse nenhuma dúvida sobre esse assunto e que, de uma vez por todas, consigamos trabalhar na CPI do Porto de Paranaguá sem nenhum tipo de intimidação por parte do Governo ou por parte de quem quer que seja, até porque todos os Deputados aqui, têm interesse que a economia do Paraná vá bem e para isso, o agronegócio tem que ir bem, e para isso, o Porto tem que funcionar de forma equilibrada. Por isso que estamos todos os dias aqui, nesta Casa, trazendo os problemas que envolvem o Porto de Paranaguá.

Gostaríamos que o Governo, rapidamente, tivesse um ato de responsabilidade e olhasse com mais carinho os problemas, não vindo aqui atacar Deputados para esconder e para distorcer os fatos e as verdades sobre o Porto de Paranaguá.

Seria isso, Sr. Presidente. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Informamos ao Deputado Waldir Leite que, por uma questão regimental, é necessário que seja solicitado via requerimento todas as informações citadas e em anexo a documentação. Que encaminhasse à Mesa na forma do requerimento.

Com a palavra, o Deputado Reni Pereira, pelo PSB.

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, gostaria de complementar aqui a Questão de Ordem que fiz na intervenção do debate da pessoa que representava o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente.

Eu entendo a indignação, tanto da Promotora quanto do representante e entendo, também, a indignação que as famílias de Foz do Iguaçu estão sentindo, e por isso gostaria de esclarecer que tanto a minha intervenção, quanto a do Deputado Dobrandino, não foi no sentido de querer enfiar a cabeça no buraco e fazer de conta que o problema não acontece.

Hoje, pela manhã, em rede nacional, a TV Globo mostrou que Foz do Iguaçu é uma das piores cidades do Brasil na questão de prostituição infantil, tendo, inclusive, noticiado que a idade baixou para doze anos. Isso pode até ser que ocorra, não vamos dizer que não, mas ações estão se fazendo.

Foi muito bem enaltecido, aqui, o Prefeito Municipal que, através de uma ação inteligente, estará cassando alvará de empresas em que seja constatado esse problema

da prostituição infantil. Por outro lado, é preciso fazer ações, ações como essa do Prefeito. Acredito que nós Deputados também tenhamos que agir, afinal de contas defendemos o Estado do Paraná, e Foz do Iguaçu, além de ser a cidade onde se encontra uma das maiores belezas naturais, também é a cidade que eu refuto como símbolo do Paraná, porque todas as vezes que nós vemos Foz do Iguaçu no noticiário, não é só Foz do Iguaçu, é o Paraná que está passando uma imagem negativa.

É por isso que eu gostaria de pedir o apoio dos demais Deputados e estarei encaminhando um requerimento, até para esclarecer o que por duas ocasiões foi enaltecido nesta tribuna de que esta Casa não ficará inerte e tomará, sim, uma atitude. Vamos pedir, através de um requerimento que será apresentado, para que a Comissão Mista decline dos resultados ou dos indícios já apurados em Foz do Iguaçu, para que o Ministério Público Estadual possa tomar as medidas cabíveis. A exemplo da cidade do Rio de Janeiro, que hoje foi desqualificada para sediar um evento temporário que é a Olimpíada, ela perdeu no quesito segurança, que dirá um investidor que, não em caráter temporário, mas em caráter definitivo, tenha a intenção de investir no Paraná, investir em Foz do Iguaçu, se ele terá condições de investir com essa imagem negativa que diariamente tem sido passada?

Então, é preciso, sim, nós sairmos da inércia que foi invocada duas vezes nesta tribuna e pedirmos à CPMI da Câmara Federal, do Senado Federal, que já esteve em Foz do Iguaçu investigando, se tem algum resultado concreto. E, se não tiver, pelo menos vamos ter que pedir, a exemplo do que há poucos dias foi pedido pela Prefeitura de Foz do Iguaçu, indenização pela imagem negativa que está sendo gerada.

Gostaria de pedir o apoio. E um requerimento que estarei encaminhando para que a CPMI encaminhe a esta Casa e posteriormente nós entregaremos esse resultado, se é que ele existe, ao Ministério Público Estadual, para que possamos dar um esclarecimento e uma satisfação, não só ao povo brasileiro, que se não está sendo colocada imagem negativa em demasia. Problemas existem, mas acredito que não seja tanto assim.

E nós precisamos de atitudes. Esta Casa, tenho certeza, não vai se furtar a essa atitude de cobrar esclarecimentos à CPMI e posteriormente cobrar ao Ministério Público Estadual ações efetivas no sentido de identificar os agenciadores e também as pessoas que se prestam a esse tipo de pecado. Eu diria até uma doença, porque não existe prostituição infantil se não existem pessoas que procuram esse tipo de indecência.

Precisamos sim, sair da boataria e entrar nos fatos que efetivamente estejam ocorrendo em Foz do Iguaçu. Se é que estão ocorrendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

PTB, PP,

PDT, Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É com muita preocupação que vejo a atitude do Governador do Estado em relação às acusações que vem fazendo contra a CPI do Porto de Paranaguá. Ele desembarca em nosso país, após alguns dias no Canadá, e tradicionalmente, com a sua forma truculenta, gira a sua metralhadora contra os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura as irregularidades nos Portos de Paranaguá e Antonina.

Porém, creio que não é desacreditando uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que vai elevar ao máximo a sua função de principal mandatário do nosso Estado.

O Sr. Governador não contribui em nada para com o Governo que ele comanda, muito menos com o trabalho isento e sério desta CPI, que procura apurar as irregularidades.

Perseguir Deputados com acusações levianas não cai bem, inclusive ao cargo de Governador. Atacar um Parlamentar que está no cumprimento de sua função de investigar, não é a melhor saída, Governador! Entendo que essa função poderia ser ocupada pelo Líder do PMDB nesta Casa, pelo Líder do Governo nesta Assembleia, mas o que mais me preocupa é que esta CPI já está apontando resultados e não merece ser desconsiderada, porque já temos, por exemplo, dois fatos consumados e investigados pelo trabalho parlamentar dos membros desta CPI. Um deles é a questão da limpeza e está comprovado: uma empresa recebeu para fazer o serviço de asseio e higienização dos silos e não fez. E outro fato é o sumiço de 1.600 toneladas de sacas de soja que desapareceram; um prejuízo de quinhentos mil dólares.

Não quero nem falar aqui do caso da Receita Federal que deixou o escritório que ocupava nas dependências do Porto de Paranaguá, por falta de condições de continuar esse trabalho desenvolvido de forma séria. Não quero nem falar aqui das multinacionais que deixaram de escoar os seus produtos, os seus bens manufaturados pelo Porto de Paranaguá, como a Volvo, como a New Holland, como a Renault, representando um prejuízo enorme em divisas para os cofres públicos do estado do Paraná.

E, para finalizar, gostaria de perguntar: quem será a próxima vítima? Qual de nós teremos aqui o nosso nome enxovalhado, através da imprensa, por parte do Governo do Estado? E por qual pecado? O de utilizar um instrumento legítimo, como uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que visa prestar um serviço ao Governo, levantando irregularidades para corrigir esses prejuízos?

E só lembrar que o Deputado Valdir Rossoni solicitou que o Governador mudasse o livro de cabeceira dele, que hoje está lendo "O Príncipe", e que passasse também a ler "Shi Tsu", quem sabe "As 48 Leis do Poder" ou outro livro que possa contribuir para que o Governador mude um pouco a forma de tratar os membros desta CPI

e que possa frutificar o trabalho que estamos fazendo e, acima de tudo, contribuir para com esse Governador que, após investigar essas irregularidades, ele possa, sem dúvida nenhuma, agir de forma como sempre agiu, dentro da melhor correção possível.

E quero anunciar aqui, já para finalizar, Sr. Presidente, que vou na próxima segunda-feira estar encaminhando um pedido para a Comissão Parlamentar de Inquérito, ilustre Deputado Valdir Rossoni, para que esses dois fatos, através dos levantamentos feitos e das irregularidades comprovadas, possam ser encaminhados para o Ministério Público para que também faça a investigação, paralelamente ao trabalho de apuração que esta CPI vem fazendo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Esta Mesa, naturalmente, foi compreensiva, como tem sido com todos os Deputados.

Deputada Elza Correia, com a palavra.

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, uso a tribuna hoje para colocar uma questão, sem querer polemizar. Mas realmente quando eu me sinto ofendida, incomodada, não costumo aceitar a opção do silêncio; prefiro sempre a segunda, que é a de manifestar a minha opinião que em muitos momentos seja mal-interpretada.

Hoje, pela manhã participei da reunião dos Secretários com o Governador, aonde foi colocado com muita propriedade por vários Secretários, o resultado da viagem feita ao Canadá, viagem que, na minha avaliação, foi produtiva, frutífera, com resultados interessantes na área de ciência e tecnologia, meio ambiente, alguns convênios, do ponto de vista da energia elétrica, na área da agricultura, na área da comunicação social. Portanto, uma bela apresentação de prestação de contas de uma viagem para atender os interesses públicos.

Mas, eu não poderia, absolutamente, deixar de registrar aqui, a minha insatisfação como que eu considere desrespeitoso por parte do Secretário Mussi, da Secretaria da Indústria e Comércio, que na sua exposição foi absolutamente na contramão do que sinaliza o Governo do Estado em relação ao respeito, à dignidade com a população feminina deste Estado.

No momento em que o Governador reinstala o Conselho Estadual, o qual presidimos, no momento em que o Governador convoca a primeira conferência estadual de política para as mulheres, no momento em que o Governador Roberto Requião demonstra pública e claramente uma atenção e uma preocupação com as políticas públicas com recorde de gênero para as mulheres do Paraná, vem o Secretário, talvez no seu dia infeliz, e faz uma comparação, no mínimo desrespeitosa, quando ele falava a respeito da modernidade dos laboratórios do Canadá em relação à sua propriedade, do ponto de vista tecnológico, da melhoria na qualidade de produção do gado leiteiro.

Ele, mostrando as fotografias da viagem, aparece uma senhora, provavelmente uma autoridade do Canadá, que recepcionava os Secretários paranaenses e brasileiros. E, sem saber o nome da mulher, não sei quem é, faz uma comparação como se ela fosse um exemplo ali para estudo de reprodução de leite humano, comparando uma cidadã, uma mulher, com uma reprodutora, no momento em que se falava dos animais leiteiros do Canadá.

Eu acho isso ofensivo, desrespeitoso e desqualifica a postura de um Secretário de Estado, principalmente porque aquela apresentação estava sendo feita via televisão para o Paraná e para o Brasil inteiro, e me parece que até através de satélite, chega a alguns países aqui da América Latina.

Penso que isto é ofensivo, não a mim, como presidente do Conselho Estadual de Mulheres, mas é ofensivo a todas as mulheres brasileiras que há décadas, que há séculos vêm lutando para serem respeitadas como cidadãs, para serem colocadas na discussão das lutas brasileiras, como agente transformadora da história. Respeito é bom e nós gostamos. Gostamos de ser respeitadas como cidadãs, gostamos de ser respeitadas como pessoas que estão ajudando e contribuindo para melhorar a condição de vida do povo brasileiro, para mudar esse modelo de cultura infame e excludente que ainda permite comparações desta natureza!

Não sou puritana, gosto de brincar, tenho o meu bom humor, ouço piadas todos os dias, mas é preciso saber o momento, o local e a hora. Ali não era o local de desqualificar a figura feminina nesse tipo de comparação. Não fica bem a nenhum cidadão ou a nenhuma cidadã e fica muito menos interessante quando sai da boca de um Secretário de Estado que ocupa uma pasta tão importante.

Infelizmente não gostaria de ter colocado isso neste pronunciamento, mas o silêncio seria uma concordância, o silêncio seria uma omissão de quem representa, neste momento, as mulheres do Estado do Paraná.

O Sr. Reni Pereira

Permite um aparte, Deputada?

(Assentimento)

Deputada Elza, eu gostaria de louvar a sua atitude.

Aliás, eu assisti pela televisão, não sei de qual Secretário se trata, mas se trata de uma brincadeira premeditada, porque no momento da afirmação que aquela pessoa estava ao lado, se não me falha a memória, do Governador, uma senhora já de meia idade, que aquela era o experimento com o leite humano que o Canadá estaria fazendo. Após os risos da platéia, alguém falou - eu falei que ia dar confusão - significa, e se alguém pegar essa fita, porque eu vi, via TV Educativa, e a exemplo de mim, milhares de pessoas devem ter visto. Significa que foi uma brincadeira premeditada.

Então, seria de bom alvitre que esse Secretário, que eu não sei quem foi, porque só apareceu, só deu para ouvir o áudio e não deu para ver de qual Secretário se tratava, que ele se retratasse e pedisse desculpas antes

que chegue a notícia para aquela pessoa que como V. Exa. muito bem disse, pode ser até uma autoridade, mas, mesmo que fosse uma simples funcionária daquele local público que estavam visitando, também merece pedir desculpas e reconhecer que foi um equívoco muito grande.

A SRA. ELZA CORREIA

Não sei se foi premeditado ou não, companheiro, mas eu acho que foi de uma infelicidade enorme. Não dá mais para aceitar esse tipo de colocação em relação aos seres humanos, às mulheres brasileiras. Chega! Não suportamos mais, não vamos admitir, seja de quem for, venha de onde vier!

A Sra. Cida Borghetti

Permite um aparte, Deputada?

(Assentimento)

Deputada, a nossa indignação como mulher, como mãe e como a nobre Deputada, eu tive o privilégio de amamentar a Maria Vitória. Eu tenho certeza que a nobre Deputada também amamentou seus filhos, assim como o próprio Secretário pôde, nos seus primeiros meses de vida, receber o leite materno e o carinho de sua mãe.

Então, faço aqui minhas palavras do Deputado Reni, para que o nobre Secretário possa pedir desculpas, em público, se possível, a todas as mulheres, porque acho que o momento não foi feliz.

Então, eu também gostaria que o Secretário, que tenho certeza que talvez tenha sido numa atitude de brincadeira ou de piada, e você colocou muito bem aqui, nós também fazemos brincadeiras muitas vezes, mas sabemos a hora, o local e o momento.

A SRA. ELZA CORREIA

Não se trata uma autoridade que recebe um país, seja quem for, dessa forma. O que fere e o que denigre uma mulher do Canadá ou qualquer outro país do mundo, fere uma mulher brasileira. Estamos no século 21, no 3º Milênio e, realmente, questões dessa natureza eu acho que compromete inclusive a todos nós e ao próprio Governo, quando tem na delegação um Secretário que volta de um país onde foi tão bem recebido, e faz uma desastrosa comparação dessa natureza.

O Sr. Barbosa Neto

Gostaria de somar ao vosso pronunciamento. Vemos isso com muita preocupação porque atitudes como essa, vinda de ocupantes do primeiro escalão do Governo do Estado, já não é da primeira vez.

Vamos lembrar aqui, o Secretário que se intitulou Roberto Carlos, quando estava numa cerimônia oficial na Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, quem sabe apenas um “chist”, mas desrespeitou a classe dos Prefeitos, dos Secretários, das pessoas que estavam presentes naquela reunião.

Agora, o que é mais grave, eu tomo conhecimento através do seu pronunciamento, o Secretário do primeiro escalão novamente utilizando de colocações desairosas, preconceituosas, discriminatórias contra a classe e a condição da mulher que merece respeito.

Como também, enfim, eu gostaria de pedir a esta Presidência, que pudéssemos requisitar essa fita e, que localizássemos na verdade de quem partiu esse tipo de brincadeira de mau gosto, para que pudéssemos tomar as devidas providências, porque falta um comportamento digno por parte de um ocupante do Governo do Estado do Paraná, que numa missão internacional acaba representando não apenas o nosso Estado e o nosso País.

Deixar claro que esse tipo de comentário desairoso não faz jus a todos nós paranaenses.

Muito obrigado.

A SRA. ELZA CORREIA

Alguns Secretários de Estado me ligaram, sentiram-se igualmente incomodados, e, certamente esse incômodo é do Governador, que tem tratado com muito respeito as mulheres do Paraná.

Faço aqui este registro porque seria omissão da minha parte silenciar-me diante dessa ofensa a todas as mulheres do Estado do Paraná.

O Sr. Elio Rusch

Deputada, como é que o Secretário se referiu?

A SRA. ELZA CORREIA

Na verdade não foi uma expressão, foi no momento que ele apresentava umas fotografias dos laboratórios com novas tecnologias que promovam aí a melhoria da qualidade do gado leiteiro, aparece uma fotografia, de uma autoridade, uma mulher que ele não sabia o nome, mas certamente do estafe, provavelmente

até do Secretariado, do Ministério da Agricultura do Canadá, faz uma piada, comparando essa senhora a um espécime leiteiro também, que provavelmente poderia ser estudada para a melhor reprodução do leite humano. No mínimo ofensivo ao que nós entendemos de como se deve se tratar as mulheres de todo este Planeta.

Não é aqui, eu quero deixar bem claro, nenhuma picuinha porque eu sou mulher, porque eu sou Presidente do Conselho. Eu acho, não dá mais para admitir, a essa altura do campeonato, uma brincadeirinha dessa ordem. Brincadeira tem lugar e hora. Brincadeirinha dessa natureza, que desqualifica o gênero feminino, não pode ser usada em lugar nenhum, principalmente, numa apresentação como resultante de uma comitiva internacional, como foi o caso hoje, pela manhã.

Eu acho que respeito é bom e nós todos merecemos.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Horário da Liderança do Governo. Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estou vendo diariamente a Oposição fazendo críticas à administração do Porto de Paranaguá, fazendo críticas aos produtos que passam pelo nosso Porto, dizendo que muitos estão sendo desviados ao Porto de São Francisco, como se isso fosse verdade.

Tenho aqui o relatório do desempenho geral dos portos de Paranaguá e Antonina, um comparativo 2003 e 2004 para sabermos em que situação está de fato o nosso Porto.

(Lê):

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA/Diretoria Empresarial
DESEMPENHO GERAL DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - COMPARATIVO 2003/2004

Aumento de 17% na movimentação geral (todos os tipos de carga) no período						
MOVIMENTAÇÃO GERAL	2003	10.784.842	SALDO 1.828.846			
ATÉ 15/05	2004	12.613.688				
	%	17%				
Aumento de 20% na exportação dos produtos abaixo						
Principais cargas de EXPORTAÇÃO		SOJA	FARELO	MILHO	ÓLEO VEGETAL	TOTAL
	2003	2.866.030	1.748.925	604.402	506.522	5.219.357
ATÉ 15/05	2004	2.561.282	1.764.611	1.935.534	641.484	6.261.427
	%	-11%	1%	220%	27%	20%
Aumento de 43% nas cargas de Importação						

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA/Diretoria Empresarial

Principais cargas de IMPORTAÇÃO		Fertilizante	DERIV. PETRÓLEO	ARROZ SACAS	PEÇAS/MÁQ/COMP. QUIM.	TOTAL	
	2003	1.519.643	175.229	41.029	351.889	2.087.790	
ATÉ 15/05	2004	2.278.622	105.597	58.167	549.126	2.991.512	
	%	50%	-40%	42%	56%	43%	
Aumento de 5% nos navios recebidos				Aumento de 43% na Carga Geral			
NÚMERO DE NAVIOS		TOTAL		Carga Geral - Importação e Exportação		TOTAL	
	2003	755			2003	1.703.921	
ATÉ 15/05	2004	790		ATÉ 15/05	2004	2.437.732	
	%	5%			%	43%	
Aumento de 02% no nº de caminhões recebidos				Aumento de 19% na movimentação de contêineres			
CAMINHÕES RECEBIDOS		TOTAL		CONTÊINERES (Unidades de 20 a 40 pés/ Import/Export)		TOTAL	
	2003	132.424			2003	99.612	
ATÉ 15/05	2004	134.444		ATÉ 15/05	2004	118.638	
	%	2%			%	19%	
Aumento de 19% no nº de vagões recebidos							
VAGÕES RECEBIDOS		TOTAL					
	2003	51.278					
ATÉ 15/05	2004	60.909					
	%	19%					
Aumento de 31% na Receita Cambial em bilhões de dólares norte-americanos							
RECEITA CAMBIAL		TOTAL					
	2003	1.167.097					
ATÉ 31/03	2004	1.526.000					
	%	31%					
* Última atualização disponibilizada pelo Banco Central							
EVOLUÇÃO PERCENTUAL DA DIFERENÇA NO EMBARQUE DE SOJA							
SOJA ATÉ 31/03	2003	1.283.750					
	2004	662.113					
	%	-48%					
SOJA ATÉ 26/04	2003	2.395.165					
	2004	1.499.510					
	%	-37%					

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA/Diretoria Empresarial
DESEMPENHO GERAL DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - COMPARATIVO 2003/2004

SOJA ATÉ 15/05	2003	2.866.030
	2004	2.561.282
	%	-11%

Dentro de alguns dias igualamos, e dentro de mais alguns dias vamos superar o mesmo período de 2.003, na exportação de soja, lembrando ainda que neste ano, pela seca na região Sudoeste do estado do Paraná, que acompanhou a seca dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tivemos uma quebra da produção de soja, em quase 20% nas regiões Sudeste e Oeste.

Portanto, o Porto de Paranaguá com os problemas que tem, felizmente menores do que os seus acertos, vai indo muito bem.

Obrigado.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)

Somente para registrar a presença do companheiro e amigo, Vereador de Tapejara, Osvaldinho, que se Deus quiser e Ele quer, é o futuro Prefeito de Tapejara.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Recebemos com satisfação sua visita nesta Casa.

Liderança de Oposição.

Concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi atentamente o pronunciamento do nobre Deputado Stica e fico pensando que a imprensa brasileira, a imprensa paranaense, a Federação de Agricultura do Estado do Paraná, a OCEPAR - Associação das Cooperativas do Estado do Paraná estão todos errados e quem efetivamente está certo é o Governo do Estado, com relação ao Porto de Paranaguá.

A sociedade está errada, os economistas estão errados, todos estão errados, as montadoras também estão em perseguição ao Porto de Paranaguá, por estarem buscando outras alternativas de exportação.

Hoje ainda, Deputado Rossoni, eu conversava com um amigo meu, que é exportador de soja, que é uma pessoa muito lúcida, muito clara, é um médio empresário, não é uma multinacional, liguei-lhe com esse objetivo, para saber sobre o mercado e a oscilação do preço da soja. Por que na semana passada estava 53 reais e, agora caiu para 45, 43 reais? Ele me deu uma explicação técnica sobre o problema da soja. Não lhe perguntei sobre o problema Porto de Paranaguá.

Ele disse: Deputado Durval, nós perdemos, independentemente de quando estava 53 reais a soja, para o produtor paranaense, estavam 53 reais mas poderia ter sido paga a 63 reais. Eu falei: mas como assim, meu com-

panheiro? Ele disse: Porque o prêmio que se paga pela soja exportada pelo Porto de Paranaguá e quem é produtor de soja sabe disso, é negativo, é de 3,3 dólares por saca. Prêmio negativo, ou seja, 10 reais a menos no bolso de cada produtor de soja do estado do Paraná. Não existe prejuízo maior aos produtores do nosso Estado, do que efetivamente ocasionou o governo do Estado, através do superintendente do Porto de Paranaguá.

O Sr. Nelson Justus

Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. DURVAL AMARAL

Na sequência, Deputado Nelson Justus, com o maior prazer.

Isso que me disse o exportador é exatamente o que diz o relatório de impacto, de prejuízos de mais de um bilhão de dólares causados à economia do Estado do Paraná, muito especialmente ao agronegócio do Estado do Paraná, do relatório da Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

O Sr. Natálio Stica

Serei muito breve, não vou nem entrar no segundo questionamento que V. Exa. faz.

Só para dizer que não sei se estão erradas as cooperativas que estão fazendo acusações. Só sei que contra fatos, não há argumentos. Contra números, que aqui temos, que são registrados, não há questionamentos. Os números estão aqui, se V. Exa. quiser, passo-lhe uma cópia.

O SR. DURVAL AMARAL

Com o maior prazer.

Contra números não há argumentos.

Foi exatamente o que falei, ontem, sobre os prejuízos causados, inclusive na balança comercial do Governo Lula, porque trata-se de um Porto importante e que na exportação de grãos, inclusive sempre foi o primeiro do Brasil e, hoje, é o terceiro, na exportação de grãos. O Porto do Rio Grande Sul - pasmem os senhores Parlamentares, e contra números não há argumentos - já exporta mais grãos do que o Porto de Paranaguá!

E o Porto de Santos, que não tinha essas características de grande exportador de grãos, hoje ocupa no ranking nacional, o primeiro! O que, anteriormente a essa Administração, o Porto de Paranaguá, era o primeiro em exportação de grãos do Brasil!

O Sr. Nelson Justus

Obrigado, Deputado Durval, quero falar bem pouco para não atrapalhar seu raciocínio. Aliás tenho falado muito pouco, aqui na Assembléia, mas tenho ouvido muito.

Tenho prestado muita atenção, e me choca, me machuca, ofende, porque só falta, daqui a pouco alguém propor um voto de louvor à Administração do Porto de Paranaguá. Aí eu vou embora mesmo! Porque não é possível!

Volteire tinha razão: minta, minta, minta que vira verdade! Então, claro que nós entendemos as dificuldades que tem o Líder do Governo em defender algumas questões, mas para tudo há um limite!

Quero cumprimentá-lo, não quero atrapalhar seu discurso, vou continuar ouvindo, mas subestimar nossa inteligência não é possível! Então, por mais que fiquemos quietos e escutemos, escutemos, escutemos, para tudo há um limite. Daqui a pouco vão propor uma menção honrosa, uma mensagem de louvor à Administração do Porto de Paranaguá! Aí, eu não sei como é que vamos votar.

Obrigado.

O Sr. Ademar Traiano

Quero me somar ao seu pronunciamento. V. Exa. é um Deputado de vasto conhecimento nesta área, é um estudioso, traz números que realmente não nos surpreendem, porque V. Exa. tem um domínio total desta área.

Além daquilo que V. Exa. vem colocando com relação aos prejuízos na balança comercial, a perda de divisas que o Paraná está tendo na nossa economia com esta situação caótica do Porto de Paranaguá, há algo mais ainda, que assola e prejudica a economia paranaense.

Nós estamos presenciando o escoamento da soja paraguaia que vinha pelas estradas paranaenses, hoje sendo embarcado no Porto do Rio Grande do Sul, viajando pela Argentina, deixando também de deixar divisas no nosso Estado, porque transportadoras do Paraguai que traziam soja para cá, acabavam deixando divisas no estado do Paraná.

Portanto, o prejuízo que se causa à economia paranaense, com este Governo instalado no Porto de Paranaguá, realmente é algo que deixa todos nós estarecidos.

Parabéns pelo seu pronunciamento e obrigado pelo aparte.

O SR. DURVAL AMARAL

Eu agradeço V. Exa.

E, para concluir, Sr. Presidente, nós efetivamente temos aqui na Casa uma emenda Constitucional que procura alterar aquilo que por decreto - aliás, o Decreto nº 253, do Governador, no dia 29 de janeiro de 2003, disse que os pedidos de informação aprovados por esta Casa teriam um prazo de 5 dias para que fossem respondidos.

Nós estamos aqui com o levantamento de todos os pedidos de informação elaborados pela Oposição, e temos pedidos de informação desde o dia 17 de fevereiro, que não têm sido respondidos por parte do Governo!

E nós temos uma Emenda Constitucional que procura regulamentar, porque o prazo da Constituição sob pena de crime de responsabilidade é de 30 dias, reduzido também para cinco dias!

Nós entramos com um Pedido de Informações e hoje o Deputado Tadeu Veneri também entra com um Pedido de Informação e aliás, nós entramos com esse pedido no dia 11, em função da denúncia veiculada no jornal a Folha de Londrina, no que diz respeito aos 180 milhões de reais, mal gerido, malversados na Fundação COPEL e que efetivamente levantados por uma auditoria, uma consultoria da Kroll e efetivamente ainda não obtivemos respostas. Nós queremos as respostas, as informações. Queremos, efetivamente, tomar as medidas legais, as medidas judiciais, as medidas políticas necessárias, e o Governo fica no blá, blá, blá, na conversa, na promessa, mas não tem eficiência nas respostas, não só para os Deputados de Oposição, mas para os Deputados do Bloco Independente, para Parlamentares da Situação, e nós queremos efetivamente uma maior agilidade.

Então rogamos ao nobre Líder do Governo, porque sei do empenho do Deputado Natálio Stica para que as respostas prontamente cheguem na Assembléia Legislativa, para que haja mais agilidade, mais seriedade. Porque às vezes até recebemos dentro do prazo de cinco dias, nada mais do que uma informação do nobre Chefe da Casa Civil, nosso colega Caíto Quintana, dizendo que encaminhou a solicitação, o pedido de informação para a Secretaria competente. Isso nos basta. Nós queremos é que, se é para responder em cinco dias, que haja agilidade por parte do Governo do Estado.

O Sr. Natálio Stica

Só para dizer-lhe que há alguns pedidos de informações que é humanamente impossível vir em cinco dias. Dou-lhe um exemplo: hoje nós vamos aprovar três pedidos de informação ao Deputado Plauto sobre Ponta Grossa, de um convênio da SANEPAR e a Prefeitura de Ponta Grossa. Um dos pedidos tem um elenco de perguntas num único pedido. Humanamente impossível vir a resposta desta informação em cinco dias!

Então nós encaminhamos, estamos aguardando. Alguns casos vão ter que passar mesmo.

O Sr. Valdir Rossoni

Em cima da questão das informações, eu ainda aguardo o esclarecimento do Secretário da Comunicação. E agora lendo o jornal, vi que uma empresa, uma televisão de Maringá foi agraciada com 350 mil reais!

Quer dizer, é mais uma questão para que o Secretário traga os esclarecimentos.

Então, Deputado Natálio Stica, tem três questões que o Secretário tem que esclarecer. O caso das duas rádios e o dessa televisão de Maringá, porque parece que tem alguém que está sendo privilegiado. Se por uma eventualidade até quarta-feira da semana que vem não tivermos as informações que nos convençam, eu pedirei a convocação do Secretário para esclarecimentos.

Era isso. Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Indago a V. Exa. sobre a deliberação do Plenário onde objetiva criar uma Comissão Especial para tratar da obra do eixo metropolitano.

Gostaria de saber de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esse requerimento foi encaminhado à Procuradoria da Casa, ao nosso Procurador, Dr. Airton Loyola, e vou cobrar respostas até amanhã para informar a V. Exa. E aproveito, Deputado Neivo Beraldin, reconheço V. Exa. como um Deputado batalhador, mas acima de tudo, um Deputado muito democrático.

Eu, como Presidente desta Casa e o Regimento nos permite, convidei o Sr. Luiz Hayakawa, Presidente do IPPUC, para vir amanhã no Grande Expediente, e V. Exa. requereu o Grande Expediente de amanhã.

Eu farei um apelo, pela democracia desta Casa, para darmos oportunidade das respostas, que V. Exa. concedesse esse horário ao nosso convidado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Está aceito o seu apelo e eu abro mão do Grande Expediente e tenho o maior prazer de ouvir o que tem a nos dizer sobre esse assunto o Presidente do IPPUC.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Agradeço e tinha certeza da sua compreensão.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar aqui a reportagem que ganha duas páginas de circulação nacional, uma das mais lidas do País, a Época, em que nas páginas 54 e 55 tece elogios ao projeto que foi aprovado por esta Casa de Leis de autoria do Deputado Ratinho Júnior, e que demonstra que o Paraná está sendo modelo a ser copiado por vários estados brasileiros, e diz aqui na matéria: “Política de remuneração pela entrega de armas reduz índice de violência e pode salvar a vida de milhares de brasileiros”.

Parabenizamos neste momento o Governo do Estado, que sancionou e implementou esse projeto, e principalmente o Deputado Ratinho Júnior, que conseguiu aqui aprovar esse projeto, mesmo com algumas resistências desta Casa, e que hoje é elogiado por todo o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional de autoria do Deputado Geraldo Cartário, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa para providências.**

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 712/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que disciplina regras para publicidade obrigatória de todos os atos públicos e privados no âmbito do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDAS DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 904, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por cinco Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por cinco Sessões, do Projeto de Lei nº 712/2003.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 724/2003, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que dispõe sobre a normalização da interrupção no fornecimento de água aos consumidores residenciais em inadimplência no estado do Paraná nas datas que especifica e nas seguintes condições. **COM PARECERES DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 724/2003**

Sumprime o *caput* do artigo 2º do Substitutivo Geral aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, no Projeto de Lei nº 724/2003.

Sala das Sessões, em 18.05.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Apoioamento:

Dobrandino da Silva, Natálio Stica, José Maria Ferreira, Alexandre Curi e Elza Correia.

JUSTIFICATIVA:

Originalmente o projeto de lei de iniciativa do Deputado Francisco Bühner propunha a vedação, por parte da SANEPAR de cobrar qualquer taxa de religação do serviço do fornecimento de água, quando houver suspensão por falta de pagamento, nem qualquer multa, desde que regularizado em prazo inferior a noventa dias.

Sobe alegação de que a referida cobrança não poderia ser suprida, sob pena de ferir legislação que rege as sociedades anônimas, o ilustre Deputado Durval Amaral, ao relatar a matéria na Comissão de Constituição e Justiça, apresentou emenda que resultou em um substituto geral, onde transfere o referido ônus - custos decorrentes da suspensão do fornecimento de água - para o Tesouro do Estado.

Assim, o referido artigo, em seu *caput* passou a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - Os custos decorrentes da suspensão do fornecimento da energia elétrica e da sua posterior religação, serão subsidiados com recursos do Tesouro Estadual, ficando o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes orçamentários necessários para fazer frente à referida despesa, comunicando à Assembléia Legislativa a providência tomada”.

Aliás, por erro material consta no substitutivo fornecimento de energia, ao invés de água, considerando que foi apresentada outra proposição neste sentido em relação à COPEL, quanto ao corte do fornecimento de energia, também por falta de pagamento.

Transferir para o Tesouro do Estado as despesas decorrentes de religação da água por falta de pagamento é absolutamente equivocado. Os recursos do Tesouro são para fazer frente às necessidades da população em geral,

objetivando justiça social, mas jamais subsidiar consumidores inadimplentes.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a estadualização da estrada municipal que liga a cidade de Coronel Domingos Soares ao km 1,5 da PR-449 no município de Palmas, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/2004, de autoria do Deputado Waldir Leite, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica, no município de Antonina, destinado à Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina - ADEMADAN. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda da CCJ. Aprovada.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/2004, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o estado do Paraná doar imóvel ao município de Dois Vizinhos para ampliação da VIZIVALI - Faculdades Vizinhança Vale do Iguaçu que é mantida pelo Centro Pastoral e Assistencial Dom Carlos - CPEA. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/2003, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a prescrição de medicamentos genéricos nos estabelecimentos do Sistema de Saúde Estadual e Credenciados. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. Aprovado. (Publ. no DA nº 050/2003, de 23.06.2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 360/2003**

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Jocelito Canto, dispõe sobre a obrigatoriedade dos profissionais que atuam nos estabelecimentos do sistema estadual e nos estabelecimentos por este credenciados em prescreverem na receita médica, como forma opcional ao paciente, o medicamento genérico ao remédio de marca comercial.

Fundamentação

A Constituição Federal, em seus artigos 23, II e 24, XII, cita como de competência comum e de competência concorrente dos estados cuidar da saúde e assistência médica, assim como a proteção e defesa da saúde. Iguais

dispositivos encontram-se na Constituição Estadual, nos artigos 12, II e 13, XII.

Conclusão

Sendo assim, pelo acima descrito, conclui-se estar amparada de constitucionalidade a iniciativa legislativa do nobre Deputado Jocelito Canto, autor do projeto em epígrafe.

Isto posto, a Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável, opinando pela aprovação do Projeto de Lei nº 360/2003.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DR. LUCIANO DUCCI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 360/2003

P A R E C E R :

Somos favoráveis ao Projeto de Lei nº 360/2003, de autoria do nobre Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos profissionais que atuam nos estabelecimentos do sistema estadual e nos estabelecimentos do sistema por este credenciado em prescreverem na receita médica, como forma opcional ao paciente, o medicamento genérico ao remédio de marca convencional.

Entendemos que somente poderão ser receitados como opcionais os medicamentos genéricos que estiverem em conformidade com a Legislação Federal e demais regulamentos atinentes à matéria.

Medida de relevante interesse público, uma vez que o medicamento genérico tem custo inferior, podendo atender a população carente, tão necessitada de proteção e apoio.

Sala das Comissões, em 22.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 360/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos profissionais que atuam nos estabelecimentos do sistema estadual e nos estabelecimentos por ele credenciados a prescreverem na receita médica, como forma opcional, o medicamento genérico correspondente ao remédio de marca convencional.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável e a Comissão de Finanças também exarou parecer favorável, com a ressalva de que, os medicamentos genéricos receitados, devem estar em conformidade com a Legislação Federal e demais regulamentos atinentes à matéria.

Ao adentrarmos no mérito observamos que a proposta é de elogiável mérito, tendo em vista que os preços dos medicamentos genéricos são bem mais acessíveis do que dos remédios de marca, proporcionando, desta

forma, um maior acesso da população carente a esses remédios.

Diante do exposto, a Comissão de Saúde Pública apresenta parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22.10.2003.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente

PADRE PAULO CAMPOS - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 695/2003, de autoria do Deputado Reni Pereira, que renumera o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 14.087, de 11 de setembro de 2003 e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. (Publ. no DA nº 098/2003, de 19.11.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 695/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 695/2003, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Reni Pereira, tem por desígnio renumerar o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 14.087, de 11 de setembro de 2003 e dá outras providências.

A análise da justificativa do projeto de lei ora sopesado nos faz atentar para um atual problema brasileiro, que demanda cuidados especiais de toda a população, uma vez que os recursos públicos para o controle de doenças como a dengue encontram-se deveras escassos.

Desta maneira, objetiva o presente, como forma de ajuda ao combate ao mosquito da dengue, estabelecer que a aplicação do Programa "Luz Fraterna", somente se fará ao beneficiário em cuja unidade consumidora não seja constatada a existência do mosquito "*aedes aegypti*".

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista de constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 30.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 695/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reni Pereira renumera o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 14.087, de 11 de setembro de 2003 e dá outras providências.

Quanto aos aspectos sobre o qual este Parlamentar deve se manifestar, nada tem a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais, conforme relatado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, no âmbito que este Parlamentar deve se manifestar perante esta Comissão, acredita que o presente projeto, como forma de ajuda ao combate da dengue, será de grande benefício, visando erradicar com o mosquito “*aedes aegypti*”, transmissor da referida doença.

Diante desta situação, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 12.05.2004.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente
ALEXANDRE CURI - Relator

A SRA. ELZA CORREIA (**Para Encaminhar**)

A minha preocupação, companheiros, e parece que não está havendo muito interesse, mas de qualquer maneira gostaria de colocar o seguinte: esse projeto tem como finalidade provocar o corte de benefícios do Luz Fraterna da casa que for encontrado o mosquito da dengue.

Pode ser estendido como educativo, mas na minha avaliação parece um projeto punitivo. Na medida que o Luz Fraterna passaria a ser utilizado como instrumento de política de saúde pública, num outro momento o Luz Fraterna foi instituído para favorecer a população mais carente.

O Estado, como se sabe, possui comprovadamente, alternativas eficazes para instituir uma campanha de conscientização popular para evitar a proliferação do mosquito da dengue, sem que seja necessário se utilizar do programa Luz Fraterna como um agente punitivo.

Gostaria de pedir ao autor a retirada do projeto, já que parece que não está havendo nenhuma receptividade do Parlamento em discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputada, hoje iremos votar só a constitucionalidade. Amanhã poderia se discutir a elaboração de emendas.

O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

Iríamos encaminhar o voto contrário a esse projeto, mas votaremos favorável à constitucionalidade do projeto, hoje. E amanhã estaremos encaminhando voto contrário, pelas razões bem defendidas pela Deputada Elza Correia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 695/2003, com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Em votação. APROVADO.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 701/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre a proibição da realização da cirurgia de cordotomia em animais e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. (Publ. no DA. nº 100/2003, de 25.11.2003). **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 701/2003

P A R E C E R :

1. Relatório

Propõe o autor do presente projeto de lei que o estado do Paraná institua lei regional proibindo os médicos veterinários a realizarem cirurgia em cães e gatos que resulte no “desligamento parcial de suas cordas vocais”. A referida intervenção cirúrgica é denominada de cirurgia de cordotomia e objetiva impedir latidos ou miados estridentes nesses animais.

2. Voto do Relator e Fundamentação

Trata-se de proposta de norma que pretende coibir práticas que submetem esses animais à crueldade a qual é de competência comum, ou ao menos concorrente da União, dos Estados membros, e dos Municípios, nos termos dos artigos 23 e 24 da Constituição Federal.

Assim, entendemos ser plenamente possível instituir referida lei no âmbito do estado do Paraná, não havendo qualquer vício de competência, nem de iniciativa.

No entanto o texto da proposta dirige a referida vedação de prática exclusivamente aos médicos veterinários, o que, na forma proposta, não impediria a referida prática nociva por parte de leigos. Ademais, se fosse para regular atribuições, ainda que de forma negativa, a uma determinada profissão, no caso, a dos médicos veterinários, então sim, estaríamos infringindo competência exclusiva da União.

Assim, impõe-se, a mudança da redação do artigo 1º do projeto de “Ficam os médicos veterinários proibidos de realizarem a cirurgia de cordotomia em cães e gatos”, para “Fica proibida, no Estado do Paraná, a realização da cirurgia de cordotomia em cães e gatos”.

O artigo 3º, com a redação “O Chefe do poder Executivo deverá regulamentar outros procedimentos que se fizerem necessários para a implantação desta Lei”, por uma questão de técnica legislativa, também sugerimos que deverá receber a seguinte redação “O Executivo regulamentará outros procedimentos necessários para a implementação desta lei”.

E, finalmente, ainda por razões de técnica legislativa, suprime-se a parte final do art. 4º da proposta, que diz “revogam-se as disposições em contrário”.

3. Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 701/2003, de iniciativa do Deputado Ratinho Júnior, porém na forma do substitutivo em anexo.

Sala das Comissões, em 30.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL DO RELATOR
AO PROJETO DE LEI Nº 701/2003

Art. 1º - Fica proibido, no Estado do Paraná, a realização da cirurgia de cordotomia em cães e gatos.

Art. 2º - O descumprimento do disposto no artigo 1º desta lei sujeitará às seguintes sanções:

I - multa no valor de 5.000 (cinco mil) UFIRs

II - perda das licenças estaduais para funcionamento da clínica e/ou atividades.

Art. 3º - O Executivo regulamentará outros procedimentos necessários para a implementação desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE
PROJETO DE LEI Nº 701/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei nº 701/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, dispõe sobre a proibição da realização de cirurgia de cordotomia em animais e dá outras providências.

Fundamentação

Quanto ao aspecto constitucional e legal da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente, por não encontrar nenhum óbice para sua tramitação.

Conclusão

Sendo assim, somos pelo parecer favorável ao projeto de lei em tela, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.05.2004.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente
VANDERLEI IENSEN - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 871 e 877, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 872 e 873, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 874 e 875, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 876, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 878 a 880 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 881 e 882 de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 883, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 884, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria encontra-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 890 e 891, de autoria do Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 892 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 895, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 893, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 698/2003, 042, e 043/2004.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 360, 695 e 701/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 135, 136, 144, 146, 158/2004, e do Projeto de Resolução nº 008/2004.

Esperamos reunir dentro de poucos minutos a Comissão Executiva: Deputados Nereu Moura, André Vargas, Augustinho Zucchi e Geraldo Cartário.

Estão convidados para uma reunião na Presidência da Casa.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA ASSEMBLÉIA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO DEPUTADO RAFAEL GRECA.

“Transgênicos: lobista ou cientista?”

Ottawa abaixo de zero, mas tempo quente na reunião do *Codex Alimentarius*, que discutia rotular ou não rotular transgênicos. A delegação brasileira liderava o movimento anti-rótulo, desmentindo lá fora o que o governo jura em casa.

Jardim Botânico, Rio, semanas antes, no GT interministerial, que preparava instruções para a delegação em Ottawa, a representante do Ministério da Saúde e, segundo a Isto É, professora da Fiocruz, combatia a rotulagem e, assim, o direito do consumidor ser informado da origem e natureza do que come.

Questionada se votava por opinião pessoal ou sob orientação do Ministro da Saúde ou, ao menos, da sua instituição, respondeu: “é... bem... às vezes converso com o pessoal da Vigilância, quando vou a Brasília”. Tempos depois apareceria em passeata de cientistas uniformizados, de camiseta preta, na foto de O Globo, protestando na Câmara contra projeto de lei da biossegurança.

O projeto foi alterado, pesquisas estão mais liberadas, mas uma sociedade científica, recém-criada, de Melhoristas Vegetais, antes mesmo de ter sócios e cobrar anuidades, promove uma rica distribuição de passagens de primeira linha, com hospedagem no Hotel Nacional de Brasília, para fazer nova passeata no Congresso.

Dessa passeata resulta manifesto, encabeçado pela Academia Brasileira de Ciências, clamando agora pela liberação comercial do plantio. No JB surge artigo, do delegado do Brasil em Ottawa, que se apresenta, no subtítulo, como: “da Academia Brasileira de Ciências”.

A Folha de São Paulo denuncia que, das treze assinaturas do manifesto, várias sociedades científicas não haviam assinado nada. Quem assinou, como a SBCTA, não ouviu a Diretoria. Tem Presidente de sociedade que alega ter assinado sem ler. E, dentre os que não leram, tem até Presidente que defende a validade de assinar mesmo sem ler. Quatro dessas sociedades têm a presidên-

cia no Bloco 14 do campus da USP. Nenhuma ouviu a diretoria ou os associados. Duas delas têm, em seu website, logotipos e patrocínios de indústrias de alimentos interessadas na questão transgênica, como Sadia e Du Pont.

Programa de pós-graduação entra na lista como se fosse entidade representativa. E não poderia faltar a ANBio, criada e presidida pela mesma, coincidentemente, já citada representante do Ministério da Saúde no GT do Inmetro, e também ex-Presidente da CTNBio. O manifesto, apresentado em nome da comunidade científica, contraria a posição oficial, escrita, debatida, continuada e assinada da SBPC.

Na CTNBio, ministérios usam todos os seus vários votos para liberar o plantio. Mas o Ministro da Agricultura diz que não foi ele quem liberou, mas a CTNBio.

O Presidente Lula diz que isso não é uma questão ideológica, mas tecnológica, e que ele hoje está cientificamente convencido. Mas em vez de repassar a decisão, que diz que é técnica, para os técnicos do IBAMA e ANVISA, envia para a decisão política dos Deputados e Senadores. E então usa sua mão nada invisível para fazer triagem na composição das comissões, e para fazer chantagem nas votações.

O governo finge que lava suas mãos, dizendo que vai deixar tudo sob responsabilidade da mão invisível do mercado: “O consumidor lê o rótulo e decide, ele mesmo, se vai comprar e comer, ou não. É apenas uma questão de mercado”.

Para isso, o governo FHC fez normas de rotulagem de transgênico. O governo Lula também. Foram decretos, instruções normativas, todo tipo de instrumento legal, mas apesar de tanta legislação, de tanta soja transgênica plantada e de tanta denúncia do IDEC e do Greenpeace, ninguém nunca viu nenhum rótulo de transgênico no supermercado.

A penúltima legislação jurava que patê de salmão alimentado com ração transgênica seria rotulado como patê transgênico. A antepenúltima jurava que seria rotulada como transgênica a salsicha com apenas 0,01% de transgênicos, (se feita com 0,25% de soja com grãos 4,1% transgênicos). Mas a mais recente libera, sem qualquer aviso no rótulo, toda a margarina, todo pão de queijo, todo chocolate, todo alimento que contiver óleo ou lecitina de soja transgênica.

Que é de soja, continuará no rótulo. Mas que a soja é transgênica, isso não; ainda que contrarie direitos, que contrarie as juras, ainda que contrarie legislações feitas pelo Executivo e pelo Legislativo, poucas semanas atrás. Só uma coisa, nos rótulos, está bem à vista: tem muito lobista rotulado como cientista.

Luiz Eduardo R. de Carvalho.
(luizeduardo@ufrrj.br) é engenheiro de alimentos e professor da UFPR.”

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e quatro, às treze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua segunda Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados-membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberação sobre a seguinte Pauta: Proposição 042/2004 - Submeter à aprovação a verba de ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados referente ao mês de abril de 2004. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Deputado José Maria Ferreira, relator da Proposição nº 042/2004, que trata da verba relativa aos créditos para atender

ressarcimento das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de abril de 2004, conforme Resolução nº 03 de 15 de março de 2004. Analisada a matéria, deliberou o Sr. Relator, que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada a sua exatidão, e atendem à legislação em vigor, concluindo pelo Parecer FAVORÁVEL, sendo acompanhado, em sua decisão por todos Deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais eu, Maria Regina Subtil, secretarie a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DEPUTADO DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária